

Recortes de Imprensa

Fevereiro 2009



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA UM CRIME PÚBLICO

Segundo os estudos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de 2007, de entre todas as categorias de crimes registadas no âmbito da sua intervenção, a violência doméstica salienta-se com 87,2% de casos registados, correspondendo a 14.534 crimes. Relativamente às características das vítimas, estas são maioritariamente mulheres (89,5%) com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos de idade (47,9%).

É importante ter consciência que as verdadeiras dimensões da violência doméstica são ainda desconhecidas, devido à ausência de denúncia de grande número das situações.

No entanto, apesar da violência doméstica atingir igualmente crianças, homens, idosos, pessoas dependentes e pessoas com deficiência, a realidade indica que as mulheres continuam a ser o grupo onde se verifica a maior parte destas situações de violência. Uma nova e preocupante onda de violência que agora começa a ser frequente, é aquela praticada contra idosos.

A violência doméstica estende-se a diversas formas: física, psicológica e sexual.

Os resultados da violência física podem ir de pequenos ferimentos até à própria morte. O que começa por ser, aparentemente, um ataque de pouca gravidade pode aumentar de frequência e de intensidade.

Mas, a violência não é só física, pode ser também psicológica consistindo em agressões verbais repetidas, perseguição, clausura e privação a recursos financeiros e contactos pessoais com familiares e amigos.

O abuso sexual, é outra forma de violência que nem sempre é acompanhado de maus tratos físicos mas, que frequentemente provoca danos emocionais e psicológicos graves.

Os maus tratos durante a gravidez também ocorrem e têm consequências tanto para a mulher como para os seus filhos, ocorrendo o risco de aborto espontâneo, parto prematuro, criança com baixo peso à nascença e depressão.

Os sinais de violência doméstica são muitas vezes encobertos, por vergonha ou medo.

Violência doméstica é sinónimo de violação de direitos humanos fundamentais.

A constituição da República Portuguesa garante a igualdade de direitos e deveres de homens e mulheres (Artigo 13º), o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos direitos (Artigo 20º), o direito à integridade física e moral (Artigo 25º), assim como a igualdade no casamento (Artigo 36º) em que ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos.

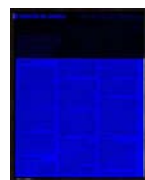
O Código Penal Português prevê e pune os crimes de violência contra a família nomeadamente os maus-tratos físicos e psíquicos (Artigo 152º).

A partir de 27 de Maio de 2000, o crime de maus tratos físicos e psíquicos ao cônjuge passa a ter natureza de crime público, não sendo necessária a apresentação de queixa por parte da vítima, podendo qualquer pessoa apresentar queixa pela vítima ou efectuar denúncia da situação (Lei n.º 7/2000).

Este tipo de crime deve ser repreendido e denunciado pois na era moderna e futurista que se vive, não deverá existir lugar para actos primitivos e degradantes desta ordem.

Informações

Aceitam-se inscrições para o Curso de Preparação para o Parto que terá início no dia 27 de Janeiro de 2009. O Curso é gratuito e poderá inscrever-se no Centro de Saúde de Vale de Cambra ou pelo telefone 256 423 664 – Saúde Pública. Este curso destina-se a Grávidas com mais de 26 Semanas de Gestação à data do curso. Se esta no início da sua gravidez pode-se inscrever no próximo curso. Informe-se e surpreenda-se com todos os serviços que o Centro de Saúde disponibiliza na área da Saúde Materna (Consulta Vigilância de Gravidez, Curso de Preparação para a Parentalidade, Visitação Domiciliária, Apoio à Amamentação, Massagem ao RN, Recuperação Pós-parto e em breve Hidroginástica para Gestantes).



QUESTÃO DE JUSTIÇA

Casos de mães pais e filhos que se

QUANDO O CRIME MORA EM CASA

Só esta semana houve dois casos de violência entre pais e filhos. Um deles acabou em morte e o outro só não terminou em tragédia porque a mulher do agressor e duas crianças conseguiram fugir

CARLOS TOMÁS | TEXTO

"Tive um bebé e matei-o. Meti-o dentro de uma arca congeladora." Foi desta forma fria e sem quaisquer sinais de remorsos, de acordo com os juizes que a ouviram, que Adelaide, de 35 anos, confessou o homicídio do filho.

A mulher asfixiou o recém-nascido e confessou o crime à PSP a 22 de Fevereiro de 2008. Era casada, vivia em Vilar de Andorinho, Gaia, e era mãe de três filhos de 14, 7 e 2 anos. Tentou disfarçar a gravidez, mas o aumento da barriga levantou suspeitas junto dos amigos. "Ela jurava que era um fibroma", recordou ao *24horas* Júlia Marques, uma amiga. A depressão pós-parto terá motivado o crime.

Do particular para o geral, a verdade é que as mortes entre pessoas pertencentes à mesma família têm, segundo dados divulgados pelas autoridades, aumentado nos últimos anos. Mais de meia centena de pessoas já morreram devido à violência doméstica neste século e a tendência é, segundo os psiquiatras, para a ocorrência de mais tragédias.

A depressão pós-parto, as dificuldades económicas e o consumo excessivo de álcool estão na origem da maioria das mortes. Mas também há violações, abusos sexuais praticados por professores e meninos que falecem por falta de alimentação. As crianças sofrem e às vezes ou são mortas ou matam. O crime mora muitas vezes em casa.

Morto à machadada

Esta semana ocorreram dois casos de violência familiar só na região da Grande Lisboa. O primeiro deu-se em Porto Salvo. Carlos "o pescador", como era conhecido na zona, teve um final trágico. Na madru-

gada de terça-feira foi morto pelo próprio filho, de 21 anos, com um golpe de machado na cabeça. O rapaz entregou-se na 82ª esquadra da PSP, confessando o homicídio. O crime deu-se na Rua Terra da Eira, onde todos os moradores não estranharam o facto.

De acordo com os vizinhos, as discussões entre Carlos, a mulher e os filhos eram constantes e quer a PSP quer a GNR foram a casa do casal, mais de uma dezena de vezes devido a distúrbios familiares.

"O pescador", conhecido assim por andar sempre com três facas e fabricar artefactos para apanhar polvos, não teve morte imediata. Ainda foi transportado ao Hospital de São Francisco Xavier e sujeito a uma intervenção cirúrgica, mas acabou por falecer.

No mesmo dia, mas já à noite, cerca das 23 horas, um homem tentou imolar-se e matar a família (a mulher e dois filhos menores), com um maçarico, que utilizou para pegar fogo à casa, localizada no Bairro da Serafina, em Lisboa. Só a intervenção dos vizinhos e dos bombeiros evitaram a morte dos quatro. O consumo excessivo de álcool terá estado na origem dos dois incidentes.

Meia centena de mortes

Os últimos dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) não deixam margens para dúvidas. Só no primeiro semestre de 2008 foram registados 4699 processos de violência doméstica. Desde o ano 2000 que mais de meia centena de crianças perderam a vida, outras foram abusadas sexualmente pelos pais e mães e outras raptadas.

De acordo com a APAV, as principais vítimas de violência sobre menores, entre 2000 e 2007, atinge a faixa etária com-

preendida entre os 11 e os 17 anos, mas mais de 460 bebés – idades entre zero e três anos – foram vítimas de maus-tratos por parte de pais e mães e 13 foram mesmo mortas. Quase mil crianças foram alvo de abusos sexuais, alguns praticados pelos seus docentes.

Maus tratos físicos e psíquicos, violações, subtração de menores, homicídios, violação da obrigação de alimentos, raptos, lenocínio, propagação de doenças contagiosas... há de tudo um pouco só no primeiro semestre de 2008. Simplesmente arrepiante.

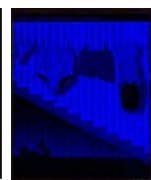
E não se pense que estes casos ocorrem apenas junto de famílias com dificuldades económicas ou pouco letradas. O número de mortes devido à violência doméstica está a aumentar no seio de famílias compostas por pessoas com cursos superiores.

As queixas neste sector registadas pela APAV já ultrapassam os 10%, mas a PSP, a GNR e a PJ calculam que rondará mais de 20%. "Muitas agressores escondem as suas qualificações académicas e as profissões por medo de represálias no trabalho e centenas de vítimas simplesmente não se queixam", explicou ao *24horas* um responsável da PJ.

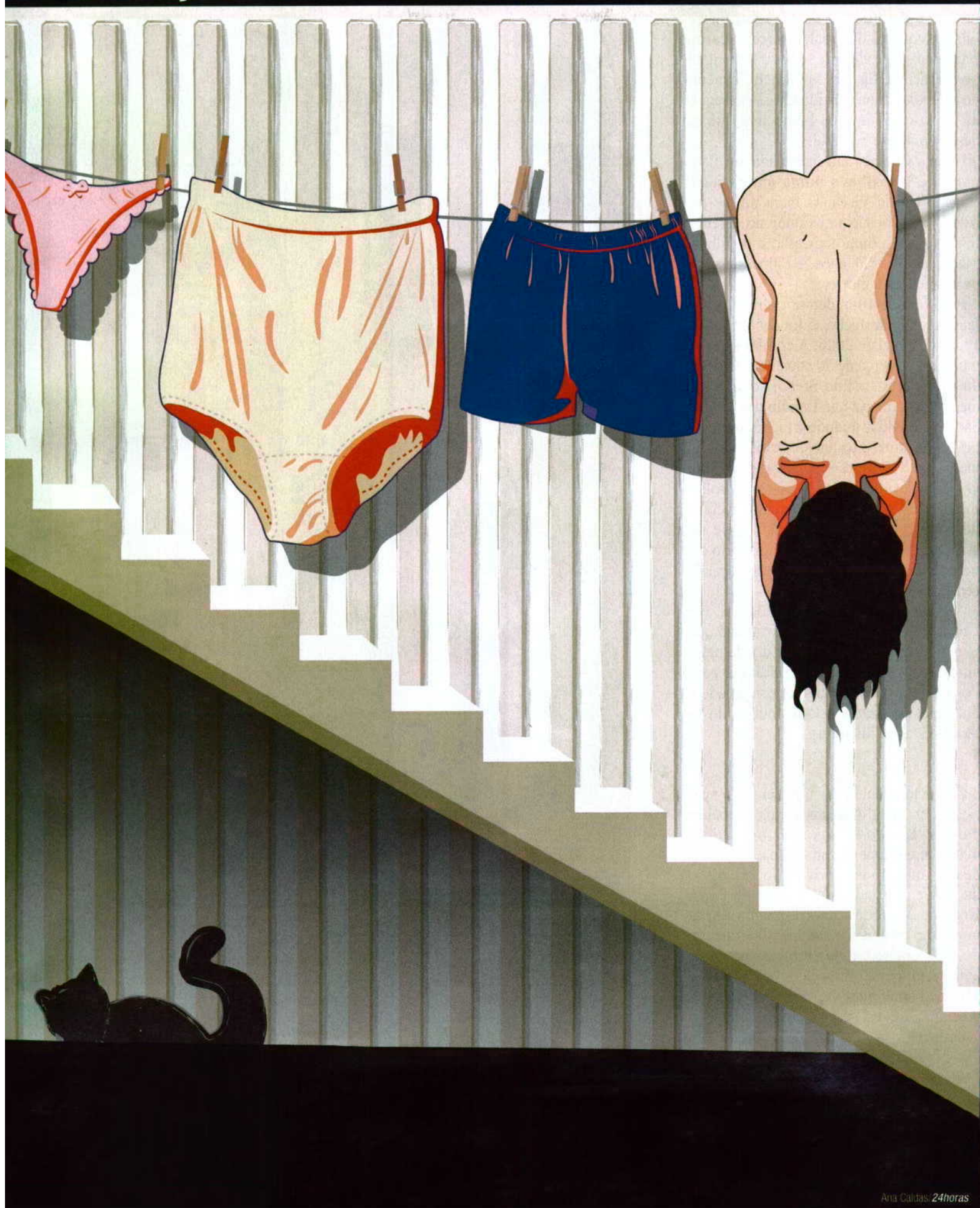
Decapitados

O caso de Helena Campos, actualmente com 40 anos, é bem o exemplo das mortes cometidas por pessoas com níveis superiores de estudos. Em Setembro de 2007 esta contabilista pegou numa faca eléctrica e decapitou os seus dois filhos menores. Depois, serrou a sua própria cabeça. O crime familiar deu-se na freguesia de São José, em Viseu. O marido é militar da GNR e desde então tem recebido apoio psicológico.

Foi o guarda que descobriu a tragédia e



matam e agridem têm vindo a aumentar



chamou os bombeiros e a PJ. “Quando entrámos na casa o cenário era arrepiante. Primeiro encontrámos dois corpos, mãe e filha, no quarto do casal, o terceiro corpo estava na sala e além de serrado tinha uma perna partida. Ela matou primeiro o menino e depois a filha, suicidando-se em seguida”, recordou um dos bombeiros que se deslocou à casa do casal.

Helena Campos era licenciada em Economia e trabalhava numa empresa de transportes de Viseu. O facto de lhe ter sido diagnosticado um tumor no cérebro terá motivado uma depressão e os filhos, Maria João, de 11 anos, e Filipe, de oito, pagaram com a morte.

Em Maio de 1988 deu-se outra tragédia familiar cujo desfecho só foi conhecido na época de Natal de 2006. A criminosa, uma mulher com cerca de 30 anos, foi condenada por matar o filho menor, deficiente mental, à fome. O juiz Emídio dos Santos não teve dúvidas quando a mandou para a prisão durante oito anos. “A arguida demonstrou desinteresse pela sorte do filho. O rapaz, devido à fome, ficou com atrofia muscular, ausência total de tecidos adiposos e olhos encovados”, lê-se no acórdão de condenação. O magistrado salientou ainda que o caso era “de especial censarubidade e perversidade”.

A autora do crime vivia na Barosa, em Leiria, e mudou-se para Andorra logo que o menor morreu, mas acabou detida pelas autoridades locais e foi extraditada para Portugal. O pai da vítima foi condenado a dois anos de cadeia pelo abandono do filho. Já está em liberdade.

Bebés também são vítimas

O que também está a aumentar é a aparição nos mais diversos locais de bebés mortos. Um dos casos mais mediáticos deu-se precisamente na última passagem de ano, quando uma criança foi encontrada, por empregados de limpeza do Pingo Doce de Mirandela, morta e embrulhada num saco de plástico daquele supermercado. Era um recém-nascido e a mãe, que ainda não foi identificada, teve o parto na casa de banho para mulheres do estabelecimento. A PJ está a investigar o crime.

Outra situação semelhante ocorreu em 2006, mas desta vez com final melhor. Um bebé foi encontrado no interior de um caixote do lixo na Rua dos Lagares de Cima, na Mouraria, em Lisboa. Ninguém sabe, até hoje, quem é que deitou o recém-nascido ao lixo. A criança foi descoberta por um morador, que ouviu o choro, e entregou

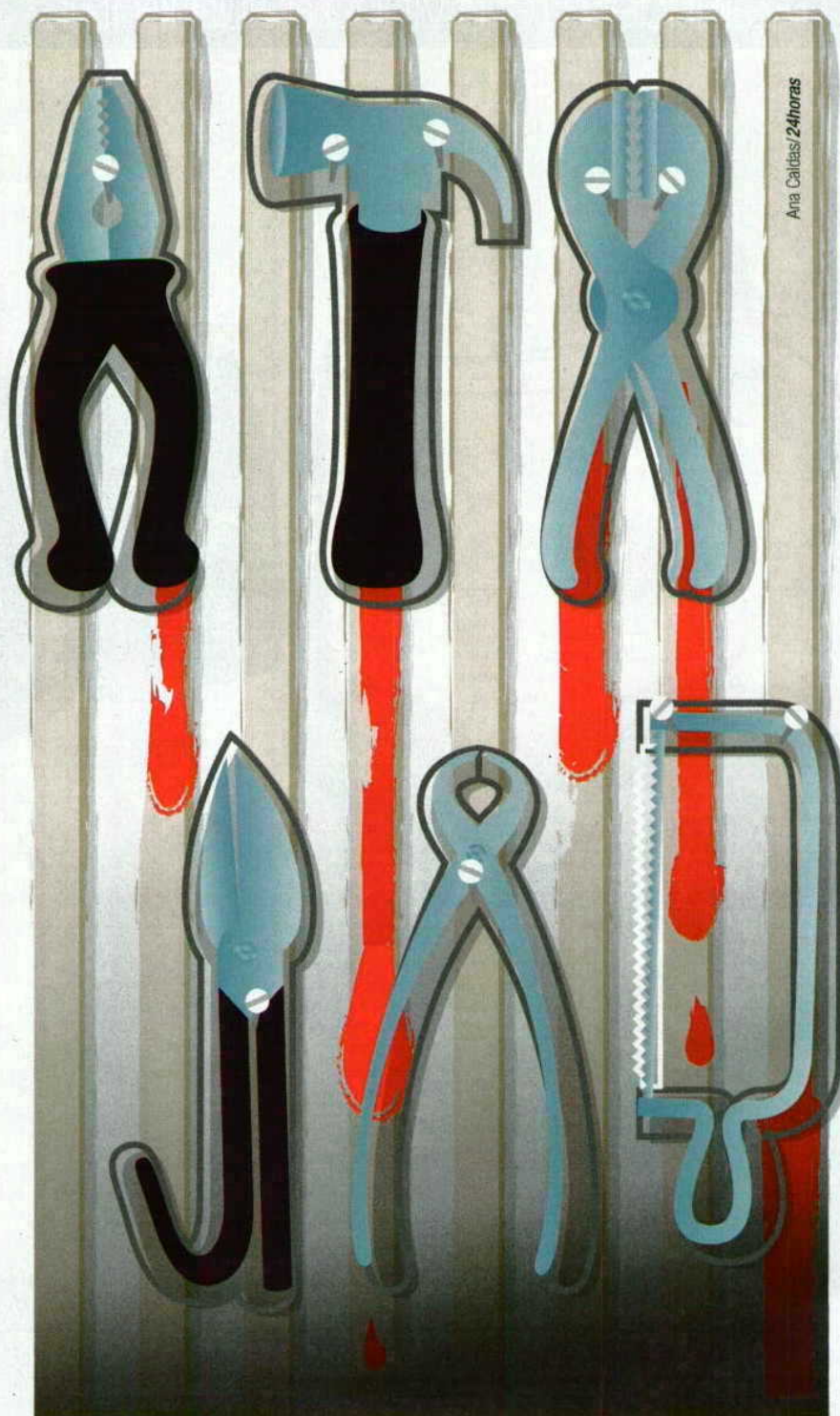
aos cuidados de uma instituição de solidariedade social.

Homicídios por misericórdia

O conceituado psiquiatra Afonso de Albuquerque, ouvido pelo 24horas, considera que só o apoio médico, que tem sido cada vez mais procurado, poderá colocar cobro à violência no seio familiar e, sobretudo, às mortes das crianças recém-nascidas.

O clínico considera que a maioria das mortes praticadas por mães ou pais sobre

os filhos são “homicídios por misericórdia”. “As pessoas têm muitas vezes pensamentos negativos, por doenças, problemas conjugais ou mesmo profissionais. Tudo isso faz com que passem a ter ideias destrutivas. Acreditam que viver já não vale a pena e projectam nos filhos essa mentalidade, acreditando que os filhos também vão sofrer se sobreviverem”, disse o psiquiatra, acrescentando: “São casos que podem ser facilmente tratados. Basta que as pessoas em depressão, nomeadamente após um parto, procurem ajuda médica.”



Aria Caldas/24horas



Idosos vítimas de crime

UMA REALIDADE A COMBATER

Nos últimos anos aumentaram as queixas de violência contra idosos. O aumento da esperança média de vida, a par com o enfraquecimento dos sistemas de protecção social, coloca-os numa situação de grande fragilidade.

É urgente mudar mentalidades e recuperar o respeito pelo saber de experiência feito.

texto **Vânia Machado**

Com o aumento da esperança de vida prevê-se que o número de pessoas com mais de sessenta anos duplique até 2025, passando de 542 milhões em 1995 para 1200 milhões nessa data. A Organização Mundial de Saúde (OMS) receia que este aumento, associado a uma certa quebra de laços entre as gerações e com o enfraquecimento dos sistemas de protecção social, venha a agravar as situações de violência.

No mês em que se assinala o Dia Europeu da Vítima (22 de Fevereiro), fomos falar com profissionais ligados a este drama social e procurar perceber as razões por detrás deste problema e de que forma poderá ser combatido e prevenido.

Dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) revelam que, nos últimos anos, se verificou um aumento de 20,4 por cento do total de pessoas idosas vítimas de crime. De 545 vítimas registadas em 2006, passámos a observar 656 vítimas no ano de 2007 [ver quadro ao lado]. Entre 2000 e 2007 a APAV recebeu 3549 pessoas idosas vítimas de crime. Não sabemos se estes números traduzem um efectivo aumento na violência ou antes um aumento das denúncias. «Têm aumentado, sim, os pedidos de apoio e penso que isso tem a ver com o facto de as pessoas estarem mais sensibilizadas para quebrarem o silêncio e pedirem apoio, quer as próprias vítimas quer a família ou outras pessoas que testemunhem este tipo de problemática», explica Helena Sampaio, da APAV.

Violência psicológica

Por defeito tendemos a associar imediatamente o termo violência a maus-tratos físicos, no entanto, o âmbito da violência contra os idosos assume muitos outros contornos tão ou mais violentos do que a agressão física, tais como agressões psicológicas, privação de cuidados ade-

quados, abandono, desvalorização da sua personalidade e experiência, usurpação e administração indevida dos seus próprios bens.

Dados da APAV referentes à violência doméstica revelam que, no primeiro semestre de 2008, dos 7788 crimes registados, 268 dizem respeito à faixa etária acima dos 65 anos de idade, o que equivale a 8,4 por cento. Os dados mostram ainda que a maioria das vítimas são mulheres, 224 casos, contra 44 do sexo masculino. No que diz respeito aos autores destes cri-

mes de violência doméstica, os mesmos dados mostram que 90 por cento das situações foram praticadas por pessoas do sexo masculino, com idades entre os 26 e os 55 anos de idade. No que diz respeito à relação do autor do crime com a vítima, são as relações familiares que apresentam os valores mais elevados, nomeadamente relativamente aos cônjuges que representam mais de 50 por cento das situações.

Igualmente associados à problemática dos idosos, a APAV tem recebido vários

Quadro 1 – Idade da vítima (2000/2007)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
65 + anos	290 100%	387 100%	--	--	--	--	--	--	677 19,6%
65-75 anos	--	--	329 72,3%	269 67,9%	272 70,8%	227 65,6%	337 61,8%	417 63,6%	1851 53,5%
76-85 anos	--	--	102 22,4%	109 27,5%	93 24,2%	96 27,7%	162 29,7%	193 29,4%	755 21,8%
86 + anos	--	--	24 5,3%	18 4,6%	19 5%	23 6,7%	46 8,4%	46 7%	176 5,1%
Total	290 100%	387 100%	455 100%	396 100%	384 100%	346 100%	545 100%	656 100%	3459 100%

PROGRAMA «APOIO 65 – IDOSOS EM SEGURANÇA»

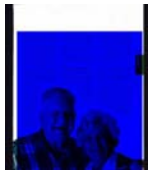
No desenvolvimento do Programa «Apoio 65 – Idosos em Segurança», a Polícia de Segurança Pública tem vindo a realizar parcerias formais e informais com autarquias, entidades de apoio e regulação social, entidades de Saúde e instituições particulares, no sentido de prestar o apoio e encaminhamento adequados aos cidadãos idosos.

No ano de 2008, a PSP continuou a reforçar o policiamento nas áreas maioritariamente habitadas e frequentadas por idosos e a efectuar visitas domiciliárias com acompanhamento a idosos, durante as suas deslocações de maior risco, designadamente às instituições bancárias.

A acção de carácter preventivo junto da população idosa incidiu, também,

na realização de várias acções de sensibilização, transmitindo-lhes alguns conselhos de segurança, tendo em vista o aumento do sentimento de segurança e a adopção de cuidados de autoprotecção e medidas preventivas, bem como, no estabelecimento de uma relação de empatia e confiança entre a Polícia e os idosos.

No que se refere à criminalidade denunciada (focalizando essencialmente os crimes contra as pessoas e crimes contra o património), no ano de 2007 a PSP registou 23 135 vítimas de crime com idade superior a 64 anos. Relativamente ao ano de 2008, verifica-se uma diminuição de cerca de 7,5 por cento.



pedidos de apoio, por parte de profissionais de saúde, no sentido de minimizar as consequências das situações dos idosos abandonados em hospitais e desenvolver estratégias para que essas situações aconteçam menos frequentemente. «Famíliares que acompanham os seus doentes idosos fornecem contactos errados ao hospital e, chegada a hora da alta, quando o hospital tenta entrar em contacto, não consegue porque os dados são falsos. Estas situações não são pontuais, acontecem muito frequentemente e há intencionalidade. Há um abandono nítido. E quando se trata de familiares que deviam proteger os seus idosos e acompanhá-los e lhes fazem uma desfeita destas obviamente estão a cometer um crime», alerta Helena Sampaio.

A sociedade actual tem vindo a tratar muito mal os idosos, desvalorizando-os constantemente. Os ritmos de vida, as exigências profissionais e a falta de medidas específicas para o desenvolvimento de recursos para integração e protecção dos idosos, acabam por potenciar uma cultura em

que os mais velhos são postos de parte por não corresponderem aos padrões sociais de beleza, dinheiro e consumo. «A nossa sociedade tolera o abandono, a falta de respeito e assim contribui para a degradação das condições sociais dos próprios idosos», acrescenta. Por vezes, o próprio idoso exerce sobre si violência ao considerar que já viveu tudo o que tinha a viver, auto-excluindo-se da vida social, como que aguardando a hora da morte.

Envelhecimento saudável

«A mentalidade virada para a morte é a atitude psicológica derrotista que muitas vezes os idosos assumem, sentindo-se impotentes e incapazes para usufruírem os prazeres da vida. Aguardam passivamente a morte em vez de aproveitarem todos os minutos de vida»,

explica a psicóloga Ana Almeida. Esta atitude é muitas vezes incutida nos idosos por aqueles que os rodeiam,

usurpando direitos e tarefas para as quais estes ainda se encontram perfeitamente habilitados. «O que acontece muitas vezes é que os familiares cuidadores que estão com os seus idosos tratam-nos como se fossem maiores incapazes quando muitos deles ainda não estão nessa condição e talvez nunca venham a estar e então apropriam-se dos bens e não respeitam as suas decisões», explica a técnica da APAV.

Na opinião da psicóloga Ana Almeida, cada um de nós deve preparar-se para o seu próprio envelhecimento. Ser activo na construção de um envelhecimento saudável, percebendo que à medida que envelhecemos algumas das nossas faculdades ficam mais frágeis e por isso devemos construir laços de amizade com as pessoas que estão à nossa volta, amigos, vizinhos, família. Estes laços de amizade serão mais tarde, na velhice, de grande utilidade. As pessoas que verdadeiramente gostam de nós auxiliam-nos mais quando precisamos desse apoio e auxílio. Para além de construirmos uma rede sólida de apoio social durante a idade adulta madura, devemos também potenciar as nossas qualida-





des que irão sofrer menos com o envelhecimento de forma a continuarmos úteis para os outros e para nós próprios por mais tempo.

Socialmente equiparamos por vezes os nossos idosos a crianças. Ambos têm as suas fragilidades e precisam de atenções especiais, atenção e muito amor e compreensão. No entanto, se para as crianças existem comissões de protecção o mesmo não acontece com os idosos. Para muitos técnicos faria todo o sentido a criação de comissões de protecção de forma análoga às que protegem as crian-

o problema, que tenham também uma vertente pedagógica junto da sociedade em geral. Por outro lado, «deveria haver mais infra-estruturas de ocupação de tempos livres, de convívio, de estímulo e aprendizagem de novas competências. Deveria haver também mais apoios às famílias que querem ficar com os seus idosos e dedicarem-se à construção do seu bem-estar», afirma Ana Almeida.

É preciso recuperar a importância do papel do idoso para a comunidade e assegurar ou reforçar a formação dos técnicos que trabalham directamente com os idosos em casas de repouso e lares.



ças. «Em termos mais globais fazia todo o sentido, e é isso que temos tentado fazer, promover uma cultura da não-violência, de maior respeito», acrescenta a técnica da APAV.

A violência contra os idosos pode e deve também ser prevenida e combatida através de campanhas de sensibilização, que chamem a atenção para

Se antigamente os mais velhos eram respeitados, olhados como fontes de sabedoria, hoje a permanente falta de tempo e a busca incessante pela novidade ignora a sua sabedoria. Esta é uma atitude que espelha também a nossa fuga perante o inevitável envelhecimento e que nos cabe a todos trabalhar para alterar. 🔥

Proteja-se! Não seja mais uma vítima

Prepare a sua velhice. Respeite os seus familiares para que eles venham mais tarde a respeitá-lo a si.

Seja tolerante com as suas próprias falhas e tente facilitar a vida àqueles que o querem verdadeiramente ajudar.

Pense na sua velhice. Imagine como gostaria de a passar. Fale disso aos seus familiares. Construa com eles um plano e veja se é exequível.

Não deixe que o envelhecimento o faça sentir diminuído.

Proteja a sua auto-estima. Cuide de si próprio. Seja sedutor.

Mostre o seu valor e lute contra o preconceito e o estigma.

Mude a sua mentalidade!

Sempre que olhar para uma pessoa idosa, tente pôr-se na pele dela. Perceba os constrangimentos inerentes à velhice.

Converse com as pessoas idosas. Não tenha medo. Elas não são de cristal.

Não infantilize as pessoas mais velhas. Elas detestam quando o faz.

Não esteja permanentemente a confrontar a pessoa idosa com as suas dificuldades. Ninguém gosta disso!

Se gosta verdadeiramente dos seus familiares idosos não os superproteja.

Respeite a individualidade e a personalidade de todas as pessoas, inclusivamente das pessoas mais velhas e seriamente doentes ou dependentes.

Fonte: www.psicronos.pt



MAIORIA DOS OFENDIDOS NÃO APRESENTA QUEIXA POR TER MEDO DO AGRESSOR

CARTAXO E SANTARÉM LIDERAM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Cartaxo e Santarém são os dois concelhos da região com mais problemas de violência doméstica. A revelação foi feita no Cartaxo durante uma conferência chamada “Quando a Família Maltrata – Violência Do-

méstica e Negligência”, realizada a 16 de Janeiro.

A sessão pretendeu chamar a atenção para a violência doméstica - problema transversal a todas as classes etárias e sociais - que, por ser um crime cometido no seio familiar,

apenas se torna conhecido quando há denúncia às autoridades.

A necessidade de denúncia foi o mote, quer da intervenção da comandante da esquadra da PSP do Cartaxo, Sofia Gordinho, quer da gestora do Gabinete da Asso-

ciação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Santarém, Cármen Videira. Este é um crime público, pelo que qualquer pessoa pode fazer a denúncia, até mesmo de modo anónimo.

A Gestora do Gabinete de San-

tarém apresentou alguns números, afirmando que dos 6772 processos abertos pela APAV, em 2007, apenas 2000 pessoas apresentaram queixa, o que mostra como este continua a ser um crime vivido em silêncio.

O medo do agressor, a vergonha ou o receio de perder os filhos são factores que levam as vítimas a não apresentar queixa, é esta a situação que todas as entidades envolvidas no apoio à vítima, e prevenção deste tipo de crime, querem alterar “é um problema social, diz respeito a cada um de nós”, afirma Cármen Videira.

A vítima de violência doméstica, ou qualquer outra pessoa conhecedora da situação, pode contactar o n.º 800 202 148, para denunciar o crime, ou obter informações sobre o problema, os modos de actuar e de reagir.

No dia 29 de Janeiro, às 15h00, realiza-se a segunda destas conferências organizadas pelo Convívio da Câmara Municipal do Cartaxo, em colaboração com a PSP local.

Desta vez a temática será a prevenção de burlas e roubos e a sessão, que vai ter lugar no Centro Cultural do Cartaxo, terá a colaboração do Clube de Teatro Viver Mais Viver Melhor, que vai subir ao palco para, através da dramatização de situações que ilustram os perigos de roubo ou de burla mais frequentes, ajudar a assistência a saber como reagir.

Embora dirigidas, em especial, à população sénior, estas sessões de esclarecimento e formação estão abertas, gratuitamente, a toda a população que queira estar melhor preparada para lidar com algumas ameaças à sua segurança.



Acesso à Justiça debatido nas tertúlias

A tertúlia mensal "Conversas com Princípio e Fim", que marca presença no Centro de Exposições de Odivelas, teve a sua edição de Janeiro no passado dia 28. A convidada para a sessão, que contou com 52 tertulianos, foi Natália Santos, do "Movimento + Saúde", que apresentou o tema definido: "O Cidadão e o Acesso à Justiça".

A palestrante apresentou os vários meios de acesso à Justiça, nomeadamente ao nível do Poder Local, através das Juntas de Freguesia e da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. A exposição focou ainda a mais valia dos Julgados de Paz e a celeridade que apresentam para toda a máquina judicial.

A tertúlia permitiu a participação dos vários participantes que colocaram questões pessoais e relativas a licenciamentos de obras, pagamento de quo-



tizações e decisões judiciais.

"É este o espírito e o objectivo das Tertúlias: serem um veículo de promoção e informação de assuntos úteis que servem, não só os seniores, como os Odivelenses em geral e é isso que, mensalmente, as Tertúlias oferecem aos

que as frequentam", afirmou Carlos Moura, promotor da iniciativa.

Online está já um blog - <http://conversascomprincípioefim.blogspot.com> - que mantém informação actualizada sobre as tertúlias, bem como a agenda das próximas sessões.



SOCIEDADE
INVESTIGAÇÃO

Pedófilos on-line

Em 2008, cerca de duas dezenas de adolescentes foram vítimas de violação e agressões sexuais, depois de marcarem encontros pela Internet. Diana serviu de isco para a PJ apanhar um predador em flagrante e Sérgio foi violado e chantageado. A estratégia dos abusadores é sempre a mesma, mas os alvos estão a aumentar

POR ISABEL NERY

Tempo de sobra, hormonas que se agigantam. E um computador cheio de promessas. Está lá tudo. O bom e o mau. Os pais ficam desencansados, convencidos de que os perigos andam na rua. Esquecem-se de que já cabem no quarto – geralmente fechado – de um adolescente. Esta é a primeira geração que pode descobrir o mundo sem sair de casa – na aldeia global.

- «Oi. Teclas?»
- «Ok. Cm xamas?»
- «António. Tu?»
- «Diana.»
- «És mt gira!»

Parece conversa inocente – entediante, até –, mas é o início mais banal de um abuso sexual do século XXI. A escolha começa nos perfis em sites sociais como o Hi5 ou o MySpace e passa para a troca de mensagens instantâneas como o messenger (MSN).

Logo vem o elogio que reforça a auto-estima, sempre em linguagem abreviada para entrar na onda juvenil. Depois, oferece-se compreensão sobre as dificuldades de relacionamento com os pais. E qual é o adolescente que as não tem? Seguem-se novos elogios e pedidos para se conhecerem melhor.

Introduzem-se palavras menos inocentes, como «virgindade», «sexo» ou «pénis» para ver a reacção. Continua o interesse. Trocam-se umas fotos (as deles geralmente falsas), elas percebem que o «amigo» é um pouco mais velho, mas até ficam orgulhosas com a conquista. Além disso, já lá vão umas semanas e começam a gostar daquela companhia.

Não tarda muito e a webcam está ligada

para trocar intimidades. À distância custa menos e pode ser uma forma de aprender alguma coisa para quando, finalmente, se tiver um namorado «a sério». Na altura em que o virtual começa a insistir num encontro real, é tarde de mais para recuar. «Se não vens ter comigo, ponho as tuas fotos nua na Internet!»

O jovem tinha, afinal, 52 anos. Era tudo falso. Tudo menos as ameaças. Foi assim com Diana. Foi assim com mais de duas dezenas de adolescentes portuguesas, em 2008. Dez investigados na Judiciária do Porto, oito na de Lisboa e um na da Madeira.

EM FLAGRANTE

Diana é, de facto, gira. Mas precisa que lho digam. Alta e esguia, cabelo longo, com corte moderno, disfarça mal a timidez. Não parece ter apenas 13 anos. Talvez a experiência de vida – forçada – do Verão passado lhe tenha amadurecido as feições.

Olhando para trás, havia indícios de história por contar. Mas também podia ser o retrato de milhões de adolescentes. Porta do quarto sempre fechada, atrasos permanentes à hora da refeição para poder estar mais um bocadinho a teclar, telemóvel debaixo da mesa a enviar mensagens.

Naquela noite de lágrimas, a mãe, técnica comercial, de 39 anos, percebeu que não era só uma fase. Desculpou-se perante as visitas e fechou-se no quarto com a filha. «Então, conta lá.» Ainda foi preciso ir buscar um copo de água para acalmar choro e soluços. Só faltava pôr cara de mãe paciente e compreensiva para o que pensava ser «mais um drama de adolescente».

Um amigo na Net. Nada de mais. Uma foto

"EM QUE ESCOLA ANDAS? GOSTAVA MUITO DE TE CONHECER!"

"ONDE MORAS? VOU TER CONTIGO E VAMOS DAR UMA VOLTA DE CARRO."

"ESTOU EXCITADO! LIGA A WEBCAM!"





SOCIEDADE INVESTIGAÇÃO



1. No Hi5

>> Diana conhece o que pensa ser um rapaz da sua idade num site social. Durante meses passa horas no messenger e nunca desliga o telemóvel.



2. Intimidades

>> Diana percebe que o seu novo «amigo» é mais velho, mas gosta da ideia de falar sobre sexo com alguém mais experiente e envia-lhe fotos suas, nua.



O embuste

>> Seguindo instruções da polícia, Diana combina o encontro num local público e de boa visibilidade



O encontro

>> Diana viaja com a PJ, mas finge que vai de transportes públicos, respondendo aos sms do predador, que quer controlar o trajeto.

nua. Ainda não estava impressionada. «Há tantas. Não sou moralista.» Chantagem para um encontro de sexo... A filha começava a ficar aliviada e a mãe a afligir-se. «Esse tipo é um parvalhão, mas não vai ter sorte nenhuma connosco!», conseguiu dizer.

Inquietude de mãe não tem horas. Embora fosse já de madrugada, alguns amigos ainda receberam telefonemas. Denunciar o caso à Polícia Judiciária era o conselho inevitável. Na manhã seguinte, já tudo estava a andar. Diana tinha instruções para esperar que o chantagista voltasse a contactá-la e combi-

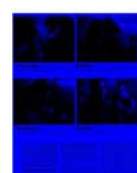
nar o temido encontro. Ia fazer de isco para a PJ apanhar o pedófilo em flagrante.

«Mãe! Ele está no messenger. O que faço?», grita Diana. «Empata-o!» Era preciso dar tempo para ligar à PJ. Ele repete a ameaça: «Tem de ser hoje, senão já sabes. Os teus amigos vão ficar todos a saber!» Ela concorda. Ele propõe encontro em local demasiado movimentado. Por indicação dos inspetores, ela inventa que não consegue lá chegar. Acorda-se outro local, público, mas de maior visibilidade, na área da Gran- de Lisboa.

A mãe de Diana não sabe bem como passou aquela hora em que estava obrigada a esperar por notícias em casa. «Não é a fugir que apanhamos tipos destes. Aceitei, porque confio na PJ», afirma. A jovem adolescente recusa-se a falar mais no assunto. Mas este é o único caso em que a polícia foi chamada a intervir antes do mal feito.

TROFÉUS FILMADOS

Fingindo que fazia o percurso de transportes públicos, Diana foi respondendo aos sms do homem que, poucas semanas antes, pa-



3. Chantagem

» O «amigo» quer conhecê-la pessoalmente. Como ela nega, ameaça: «Se não te encontras comigo, divulgo as tuas fotos!»



Desabafo

» Diana não aguenta mais e conta tudo à mãe. Nessa mesma noite, fala com a PJ, que propõe usá-la como isco para apanhar o pedófilo



Em flagrante

» Diana não chega a aproximar-se do chantagista, mas a polícia desconfia de um homem mais velho que envia mensagens



Detenção

» A PJ prende-o ali mesmo. O homem tinha 52 anos e família. Tudo indica que já havia feito outras vítimas

recia o seu melhor amigo. No local combinado, não foi muito difícil à polícia identificar alguém que, apesar dos mais de 50 anos, estava sempre com o polegar no telemóvel.

Tudo indica que outras meninas, algumas até mais jovens, foram menos inteligentes a lidar com a chantagem. Como é costume no comportamento dos pedófilos, também este, com família e residente na margem sul, terá guardado troféus filmados dos abusos.

INTERNET, TELEMÓVEL E TELETEXTO

A coragem de Diana foi festejada pela famí-

lia e elogiada pela polícia. Não é para menos. Quando os casos chegam às autoridades – e todos admitem que a maioria das vítimas não se queixa – já os desaparecimentos, violações e agressões sexuais aconteceram.

Ainda esta semana a PJ de Coimbra divulgou o caso de uma jovem de 19 anos, violada por um homem de 33, depois de o conhecer num chat.

Há a adolescente que foge de casa, pensando que vai juntar-se com um loiro de olhos azuis e tem à sua espera um adulto de outra raça e com uma deficiência física. Há a

desportista de 13 anos que tem relações com os colegas mais velhos, nos balneários, e se suicida, depois de eles divulgarem as imagens na Internet. Há rapazes que pensam que combinaram encontro com uma rapariga e acabam violados por vários homens.

Em todos existe algum voluntarismo, gosto pelo perigo e, sobretudo, inexperiência. «Qualquer pessoa pode entrar num chat e tentar seduzir quem está do outro lado. Os miúdos passam muita informação sobre eles próprios. É uma companhia virtual, que se interessa e lhes dá muita impor-



SOCIEDADE INVESTIGAÇÃO

Prevenção Para os pais

- » Desligue a televisão e aproveite as refeições para conversar com os filhos
- » Use filtros para sites que considere inadequados (solução que, geralmente, só serve para os mais novos; os mais velhos sabem retirar os filtros)
- » Use o Hi5 e o MSN para saber como funcionam e poder falar sobre isso com os filhos
- » Peça facturação detalhada do telemóvel
- » Esteja com eles on-line e mostre que há coisas que podem fazer e outras não

CAMILA, 13 ANOS
Vê televisão, fala no messenger e ouve música ao mesmo tempo. Na Internet é mais fácil fazer amigos. «Nem coro!»

FOTO: MARCELO BORGES



tância. Sentem-se à vontade para se expor, porque não são criticados», concluiu a psicóloga forense Catarina Ribeiro, 32 anos, depois ter ouvido o testemunho de cinco vítimas de abusos on-line do Norte do País.

Embora a Internet seja a novidade tecnológica mais associada ao perigo, também há registo de contactos iniciados por telemóvel e até pela televisão, através do teletexto.

«Olá. Gostava de te conhecer.» Singelas mensagens como esta, enviadas por telemóvel, deram origem a três vítimas de agressões sexuais, duas em investigação na PJ do Porto e uma na de Lisboa. O sms é enviado ao acaso e qualquer um pode recebê-lo. A maioria vê-o como um engano e apaga, mas alguns jovens entendem-no como uma forma divertida de conhecer pessoas novas.

Maria, 12 anos, respondeu. Poucos dias depois, já tinha dito o nome, a idade e em que escola andava.

Especialistas na arte de bem manipular, aos pedófilos bastam algumas semanas para conseguir que a curiosidade das adolescentes fique aguçada ao ponto de desejarem tanto o encontro como o agressor. Só que, ao contrário deste, não sabem ao que vão.

Maria esperava um rapaz pouco mais velho do que ela. «Vou ter contigo e damos uma volta de carro.» Ela aceitou. Acabou violada num descampado, à beira-rio, por um homem com cerca de 40 anos.

«A imaturidade na antecipação do perigo, juntamente com a vontade de conhecer o desconhecido e de testar os limites são próprios da adolescência. A Internet é só um meio diferente de criar riscos. Há características coincidentes entre estas vítimas e as de abuso sexual em geral. São carentes, com baixa auto-estima e falta de supervisão», defende Catarina Ribeiro.

INTERESSADOS EM SEXO

David Finkelhor, 61 anos, autor do estudo *Predadores on-line e as suas vítimas*, e director do Centro de Investigação sobre Crimes Contra as Crianças da Universidade de New Hampshire, nos EUA, também evita a diabolização das novas tecnologias. «Só um pequeno número de adolescentes procura o risco on-line. Sem Internet, correriam riscos na mesma.» Mas contraria a ideia de que os jovens desconhecem os perigos: «Em certos aspectos são ingenuos. Acreditam

TITO MORAIS Criou o projecto **Miúdos Seguros na Net** e vai às escolas esclarecer pais e alunos

Para os filhos

- » Se quiseres mesmo conhecer alguém através da Internet, marca o encontro num local público, não entres no carro sem conhecer a pessoa e avisa um amigo do local e hora do encontro
- » Desliga o computador (se ficar ligado, é possível alguém ligar a webcam de forma remota) e o telemóvel quando te vais deitar
- » Não dês dados pessoais (morada, telefone e escola) e evita conversas sobre sexo com desconhecidos

Reacção

- » Registrar data e hora de uma conversa menos normal
- » Copiar/guardar as «conversas» mantidas na Internet
- » Não pense logo em castigar os seus filhos, mas sim em ajudá-los a resolver o problema
- » Apresentar queixa na PJ

FOTO: LUCIANA MORAIS

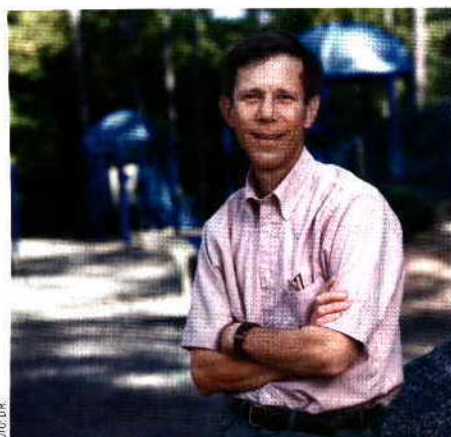
FOTO: L. CAMPOS



“

Estamos à espera de um aumento de casos. A continuar assim, vamos precisar de formação

Ana Fernandes,
inspectora-chefe
da PJ do Porto



DAVID FINKELHOR «Sem Internet correriam riscos na mesma. Os jovens sabem que os desconhecidos estão interessados em falar sobre sexo»

Em busca do perigo

O Centro de Investigação de Crimes Contra as Crianças, dos Estados Unidos, estudou os abusos sexuais on-line de adolescentes dos 12 aos 17 anos e concluiu que o maior perigo não está no uso da Internet, mas na troca de informação pessoal e busca de conversas sobre sexo com desconhecidos

Vítimas on-line



Abusadores on-line



Fonte: Estudo Predadores online e as suas vítimas: mitos, realidades e implicações para a prevenção e tratamento (2008). Centro de Investigação de Crimes Contra as Crianças, New Hampshire

que eles gostam delas, que dará certo, que ninguém vai perceber. Mas não são ingênuos no sentido de desconhecerem o que pode acontecer na Internet. Sabem que as pessoas com quem falam estão interessadas em sexo.»

Filipe Reis, 14 anos, admite que não consegue viver sem Internet. «Esteve avariada dois dias e parecia que me faltava o que comer», reconhece. Desde que sai da escola, pelas cinco da tarde, até às onze da noite, não faz mais nada. «Às vezes, nem janto.» Trabalhos de casa? «Levanto-me um bocadinho mais cedo e faço-os a correr.»

Mas nem este vício assumido lhe tolda o discernimento. «Não vou muito a chats. Nota-se que há lá pessoas com outras intenções. Quando começam a pedir dados pessoais e a ter conversas mais íntimas, desligo.» O que não quer dizer que a Internet não sirva para arranjar namoradas: «São sempre amigas de amigos e confirmo se são giras antes de marcar um encontro», diz, como que a provar a tese de Finkelhor.

SEMPRE ON-LINE

Ver televisão, «conversar» com cinco pessoas no messenger e, simultaneamente, «ouvir uma música», resume o tempo livre de Camila, 13 anos, colega de Filipe. Ao cinema diz que não, meter conversa pessoalmente parece uma missão impossível. «On-line nem coro», reconhece. Fora da Internet, seria muito mais difícil fazer amigos.

Já Catarina, 14 anos, também não dispensa o Hi5, mas o seu forte são as mensagens. Tem um pacote com 1 500 sms gratuitos por semana. E usa-os todos.

Nenhum destes alunos do Colégio S. Miguel, em Fátima, foi vítima de abusos sexuais. Nem associavam a Internet a perigo até umas colegas mais velhas terem apresenta-

do à escola o seu trabalho sobre predadores on-line (ver caixa).

Nesse dia, o auditório encheu-se. Tal como se esgotam os lugares em todas as sessões dadas por Tito Morais, um pai de 46 anos que criou o Projecto Miúdos Seguros, na Net. «Há muitos pais e professores infoexcluídos. Quando vêm com a história de que não percebem de computadores digo logo que isso não tem nada a ver. É um problema de crescimento. Os filhos dominam a parte tecnológica, não a experiência de vida.»

A LEVEZA VIRTUAL

Se é verdade que milhões de jovens usam a Net e só um pequeno número se expõe ao perigo, não é menos certo que os pedófilos passaram a ter autênticos catálogos por onde escolher.

E nada mais fácil do que prová-lo. José Félix Duque, 33 anos, assessor técnico da direcção da Associação de Apoio à Vítima (APAV), ficcionou perfis de jovens adolescentes na Internet e recebeu dezenas de contactos, chegando mesmo a marcar encontros com vários adultos. «Quando insistia que era muito nova, diziam sempre que era a primeira vez, que só ia acontecer porque era especial.»

Tal como a polícia, também José Félix Duque concluiu que há novos, velhos, casados, solteiros, com filhos, sem filhos, quadros superiores ou semianalfabetos entre os predadores.

Além do gosto pelo poder sobre alguém inexperiente, têm em comum o desvio sexual. «Perguntavam muito como era a roupa interior. Para ganharem a confiança delas, vão-se expondo. Na primeira foto, aparecem de óculos de sol, depois tiram os óculos e, passados uns dias, já estão a mas-turbar-se para a webcam.»



Na Internet as pessoas perdem valor. Tudo é fictício. Tudo se torna leve

José Félix Duque, assessor da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

SOCIEDADE INVESTIGAÇÃO

Numa escola portuguesa

Um grupo de alunas do 12.º ano do Colégio S. Miguel, em Fátima, escolheu os abusos sexuais on-line como tema para o trabalho de Projecto. Preocupadas com a facilidade com que os pedófilos entram nas conversas dos adolescentes, Cidália Eusébio, Elizabete Marques, Nicole Braz e Marisa Silva, agora com 18 anos, fizeram um inquérito a 200 colegas da escola para perceber até que ponto tinham consciência dos perigos. Chamaram ao trabalho *Predadores online* – Monstros de um mundo virtual.

6.º Ano (10-12 anos)

74%
têm Internet em casa

68%
têm messenger

63%
dos pais não controlam o tempo que os filhos passam na Internet

8%
foram contactados por alguém muito mais velho

35%
já usaram webcam

9.º Ano (13-15 anos)

84%
têm Internet em casa

9%
foram contactados por um desconhecido que tentou manter uma conversa de cariz sexual

88%
têm messenger

10%
deram informações pessoais a desconhecidos

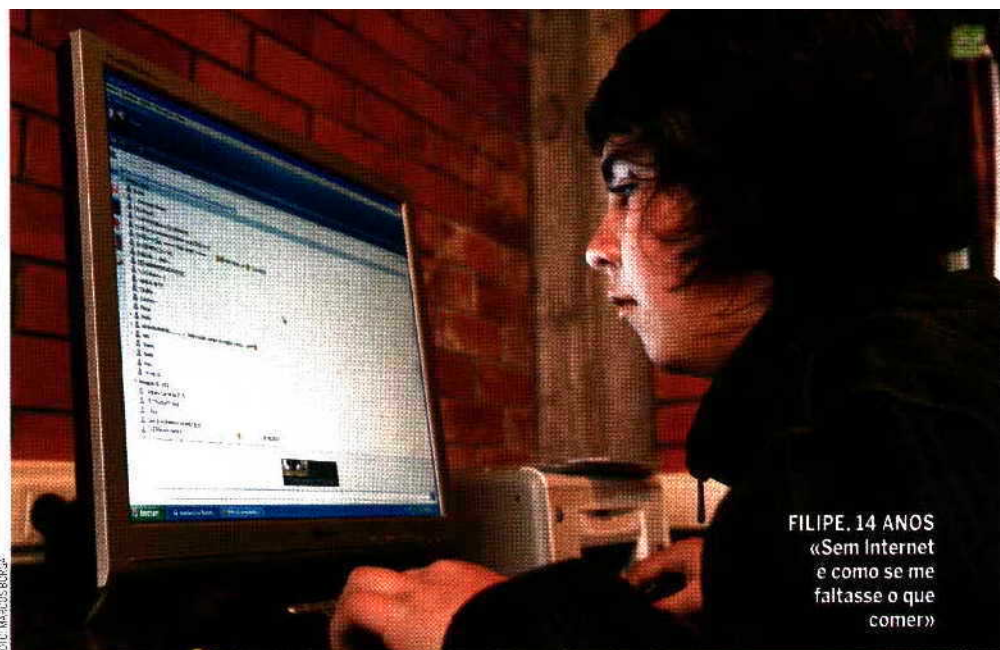
27%
costumam falar com desconhecidos na Internet

14%
enviaram fotos a um desconhecido

17%
foram contactados por um desconhecido que lhes pediu para ligarem a webcam



ESTUDO
Cidália
e Marisa
fizeram um
inquérito aos
colegas



FILIPE. 14 ANOS
«Sem Internet
é como se me
faltasse o que
comer»

A experiência, usada na elaboração do manual de procedimentos para atendimento a crianças vítimas de violência sexual, deixou-lhe uma certeza: «A pessoa, na Internet, perde valor. Tudo é fictício. Tudo se torna insustentavelmente leve.»

A história de Sérgio, 15 anos, prova que nem só do sexo feminino se fazem as vítimas de abuso sexual. De resto, os detalhes são os do costume. Adolescente e adulto conhecem-se no Hi5, mantêm contactos no messenger. O encontro com Manuel, 30 anos mais velho, é marcado de livre vontade.

Como muitos adolescentes do sexo masculino, a fase era de dúvidas. O apartamento de Manuel, na Madeira, vinha a calhar. Mais privado era impossível. Será?

Para Sérgio, era experiência tida, experiência acabada. Mas Manuel não estava pelos ajustes. Começou a chantagem. Ou continuavam a encontrar-se ou divulgava as imagens gravadas enquanto tinham relações sexuais. Manuel acabaria por ser acusado e condenado a quatro anos de prisão com pena suspensa, por violação.

MAIS COMPUTADORES, MAIS VÍTIMAS

Os telemóveis já são pequenos computadores e, segundo a Marktest, estão na mão de quase 90% dos jovens entre 10 e 14 anos.

Para uma geração que considera o *mail* uma ferramenta demasiado lenta, nem vale a pena pensar em proibir o uso da Internet. Há sempre a casa de um amigo, um cybercafé ou – pior ainda – alguém que compra os miúdos com carregamentos de telemóvel.

Por isso, com ou sem conhecimentos de informática, convém falar com os filhos, quando chega a idade, cada vez mais precoce, de entrar no maravilhoso mundo das tecnologias, defende Manuel Coutinho, 46 anos, coordenador do SOS Criança. «Se não lhes damos um carro sem terem a carta de condução, também não devemos entregar-lhes um computador com Internet, sem

lhes dar informações. São precisas vacinas para as tecnologias. Ensinar os miúdos a protegerem-se.»

O que, receia a polícia, não está a acontecer: «Sete por cento dos abusos sexuais tem origem em crimes informáticos. E o número tenderá a aumentar, porque as novas tecnologias estão cada vez mais presentes», afirma Jorge Duque, 47 anos, inspector-chefe da secção de investigação de crimes de alta tecnologia da PJ.

No Porto, o ano passado já foi de *boom*. «Até aqui quase não tínhamos casos. Em 2008, chegou-nos uma dezena. A continuar assim, vamos precisar de formação para a equipa toda. Os abusadores descobriram um atalho. Conseguem entrar em casa, sem abrir a porta. E com a entrega de computadores nas escolas, aos 10 anos os miúdos já têm Internet só para eles. Estamos à espera de um aumento de casos», admite a inspetora-chefe da brigada dos crimes sexuais da PJ do Porto, Ana Fernandes, 48 anos.

Mesmo que a pedofilia não aumente na razão do número de computadores por criança, este tipo de abusos tem consequências que nem os especialistas estão preparados para enfrentar. «Uma vítima disse-me que é mais difícil ultrapassar a ideia de que a foto fica lá para sempre do que o facto de ter sido violada», recorda Jorge Duque, para quem há ainda outras preocupações. «A Internet gera dinheiro. A clientela é global. Há toda uma máquina: angariação, produção, disponibilização. Isto não tem fronteiras.»

Ninguém corre riscos só por estar na Internet. Pois não. E tirar o privado do contexto do privado acontece tanto a jovens como a adultos. Mas, para os adolescentes, pode ser a diferença entre o início de uma vida sexual feliz ou traumática. Ou mesmo entre a vida e a morte. ▀

NR: Os nomes das vítimas e dos abusadores foram alterados para protecção dos menores.



Estratégias. Ameaçar com a revelação da orientação sexual, 'outing', é uma das técnicas de intimidação

Carolina, 21 anos, lésbica vítima de violência doméstica

Os homossexuais
queixam-se cada
vez mais de agressões

CÉU NEVES

Começou pela agressão verbal, passou à fase dos jogos de pressão psicológica, acabou aos murros e aos pontapés. E com a entrada nas urgências hospitalares. A vítima chama-se Carolina, 21 anos, e este é um caso típico de violência doméstica, mas entre um casal de lésbicas. O que prova, dizem os técnicos, que violência no seio homossexual não é muito diferente da que existe entre casais heterossexual. Em Portugal, cada vez há mais queixas e relatos. A diferença é que estas pessoas também podem ser vítimas de *outing*: a ameaça de revelar ou a revelação da orientação sexual é uma forma de agressão.

Estudos internacionais revelam o peso dos maus tratos entre homossexuais. Um inquérito realizado no Reino Unido (British Medical Association, Broad of Science, 2007, Domestic Abuse) concluiu que 22% das mulheres e 29% homens em relações homossexuais tinham sido alvo de algum tipo de violência física, sexual ou psicológica. E um trabalho levado a cabo nos EUA indicava que 11% das lésbicas tinham sido maltratadas pelas parceiras (contra 30,4% das que viviam em relações heterossexuais), percentagem que aumenta para 15% nos casos dos gays, o que demonstra que também neste grupo o agressor é mais frequentemente um homem.

Em Portugal, as queixas de violência doméstica entre homossexuais não estão tratadas em separado. Vão todas para o mesmo saco, mas cada vez há mais denúncias, "embora seja mais difícil de identificar", sublinha Paulo Corte-Real, presidente da Ilga Portugal. E acrescenta: "As próprias pessoas não têm a noção que o fenómeno é transversal. E, depois, a situação é agravada



Carolina prefere não revelar a identidade ao denunciar maus tratos da ex-companheira

PRINCÍPIO DA IGUALDADE

Campanha incentiva denúncias de maus tratos entre pessoas do mesmo sexo

A proposta de lei sobre a violência doméstica assegura as mesmas "oportunidades para viver sem violência e preservar a sua saúde física e mental", nomeadamente entre casais ho-

mossexuais (artigo 5.º). Um reconhecimento que também foi introduzido na recente revisão do Código Penal. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima lançou uma campanha di-

rigida aos homossexuais. E sublinha: "A PSP e a GNR são obrigadas a fazer um atendimento adequado, independentemente da vítima ser gay ou lésbica, e a registar a denúncia."

pelo facto de ser gay ou lésbica. Há reticência em fazer queixa para não haver uma segunda vitimação, não se discriminada devido à orientação sexual."

Carolina diz não ter sentido essa discriminação quando teve que recorrer ao hospital devido aos maus tratos da companheira. E conta: "Nunca escondi nada de ninguém, muito menos dos técnicos de saúde. Na primeira vez, as pessoas ficaram sem saber como li-

dar com a situação, nota-se sempre um olhar diferente. Depois, já me conheciam e tratavam-me normalmente".

Mas nos casos em que a pessoas não assumem a orientação sexual, os agressores utilizam o medo da revelação para agredir. E, além de injuriarem, baterem e abusarem praticam o *outing*. "A ameaça de que se vai revelar a situação de homossexualidade é a única coisa que distingue a violência

nos casais homossexuais e nos heterossexuais. As estratégias e as formas de actuação são as mesmas. E, por serem relações entre o mesmo sexo, não são mais simétricas, não, também há uma relação de poder", explica Rosa Saavedra, técnica da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, responsável pela campanha "Violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo".

Carolina tinha 17 anos quando conheceu a companheira. Namoraram dois anos antes de viverem juntas. A jovem a era militar e suportava as despesas. Além disso, nem sequer tinha menos força física do que a namorada. Aceitou os maus tratos durante um ano porque "gostava dela e acreditava que a situação era passageira, que tudo se iria resolver". E acrescenta: "Houve alturas em que cheguei a defender-me, mas não ia ter o mesmo tipo de tratamento. Sempre pensei que o diálogo tudo resolveria." Deixou-a há um ano. Não apresentou queixa à polícia. ■



Homossexuais queixam-se cada vez mais de agressões

Começou pela agressão verbal, passou à fase dos jogos de pressão psicológica, acabou aos murros e aos pontapés. E com a entrada nas urgências hospitalares. A vítima chama-se Carolina, 21 anos, e este é um caso típico de violência doméstica, mas entre um casal de lésbicas. O que prova, dizem os técnicos, que violência no seio homossexual não é muito diferente da que existe entre casais heterossexual.

Em Portugal, cada vez há mais queixas e relatos. A diferença é que estas pessoas também podem ser vítimas de *outing*: a ameaça de revelar ou a revelação da orientação sexual é uma forma de agressão.

Estudos internacionais revelam o peso dos maus-tratos entre homossexuais. Um inquérito realizado no Reino Unido (British Medical Association, Broad of Science, 2007, Domestic Abuse) concluiu que 22% das mulheres e 29% homens em relações homossexuais tinham sido alvo de algum tipo de violência física, sexual ou psicológica. E um trabalho levado a cabo nos EUA indicava que 11% das lésbicas tinham sido maltratadas pelas parceiras (contra 30,4% das que viviam em relações heterossexuais), percentagem que aumenta para 15% nos casos dos gays, o que demonstra que também neste grupo o agressor é mais frequentemente um homem.

Em Portugal, as queixas de violência doméstica entre homossexuais não estão tratadas em separado. Vão todas para o mesmo saco, mas cada vez há mais denúncias, “embora seja mais difícil de identificar”, sublinha Paulo Côrte-Real, presidente da Ilga Portugal. E acrescenta: “As próprias pessoas não têm a noção que o fenómeno é transversal. E, depois, a situação é agravada pelo facto de ser gay ou lésbica. Há renitência em fazer queixa para não haver uma segunda vitimação, não se discriminada devido à orientação sexual.”

Carolina diz não ter sentido essa discriminação quando teve que recorrer ao hospital devido aos maus tratos da companheira. E conta: “Nunca escondi nada de ninguém, muito menos dos técnicos de saúde. Na primeira vez, as pessoas ficaram sem saber como lidar com a situação, nota-se sempre um olhar diferente. Depois, já me conheciam e tratavam-me normalmente”.

Mas nos casos em que a pessoas não assumem a orientação sexual, os agressores utilizam o medo da revelação para agredir. E, além de injuriarem, baterem e abusarem praticam o *outing*. “A ameaça de que se vai revelar a situação de homossexualidade é a única coisa que distingue a violência nos casais homossexuais e nos heterossexuais. As estratégias e as formas de actuação são as mesmas. E, por serem relações entre o mesmo sexo, não são mais simétricas, não, também há uma relação de poder”, explica Rosa Saavedra, técnica da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, responsável pela campanha “Violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo”. Carolina tinha 17 anos quando conheceu a companheira. Namoraram dois anos antes de viverem juntas.

A jovem a era militar e suportava as despesas. Além disso, nem sequer tinha menos força física do que a namorada. Aceitou os maus tratos durante um ano porque “gostava dela e acreditava que a situação era passageira, que tudo se iria resolver”. E acrescenta: “Houve alturas em que cheguei a defender-me, mas não ia ter o mesmo tipo de tratamento. Sempre pensei que o diálogo tudo resolveria.” Deixou-a há um ano. Não apresentou queixa à polícia.

10-02-2009

Tiragem: 173250

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 2

Cores: Cor

Área: 4,08 x 5,83 cm²

Corte: 1 de 1



CONCERTO

**Roda de Choro dá
música pela APAV**

A APAV promove no dia 26 um concerto com a Roda de Choro de Lisboa, de entrada gratuita. A Roda de Choro de Lisboa é um projecto de músicos portugueses e brasileiros que interpreta a música de Pixinguinha, Jacob do Bandolim e Waldir Azevedo, sendo que ritmos portugueses como o corridinho ou o fado são também trabalhados.



Família. Governo apresenta hoje proposta de lei na AR que alarga o estatuto de vítima. O documento prevê que as casas de abrigo passem a acolher casais homossexuais e que os lares e comissões dêem prioridade a casos de idosos, crianças e jovens. Já os números de denúncias não param de subir

Maior subida de queixas de violência doméstica

Idosos têm prioridade nos lares. Casas de abrigo para 'gays'

CÉU NEVES

O ano passado, 6980 pessoas queixaram-se de violência doméstica à Associação de Apoio à Vítima (APAV), o que representa um aumento 17,4% em relação a 2007 (5944). Também nas denúncias junto da GNR há um subida significativa, de 15%. 'O mesmo se prevê na PSP, tudo indicando que no último ano se tenha registado a maior evolução de sempre ao nível dos casos denunciados. Um balanço a propósito da apresentação, hoje, no Parlamento, da proposta de lei sobre violência doméstica. Uma das principais alterações é que as soluções para acolhimento vão ser alargadas aos idosos, aos menores e aos homossexuais.

Os dados da APAV a que o DN teve acesso indicam que houve dez mil processos em 2008, mais 12% do que em 2007 (8373), o que representa a maior subida desde que a associação tem registos.

Mas o aumento é mais significativo no que diz respeito às vítimas de violência doméstica (6980), 88,9% das pessoas que pediram apoio, e mais 17,4% relativamente aos que sofreram agressões física, psicológica e sexual, em 2007 (5944).

Nem todos os que procuram ajuda junto da APAV apresentaram uma denúncia à polícia, mas também nestas estruturas se aponta uma subida elevada. A GNR tem mais 1332



Um tiro do marido atingiu Célia no pescoço e atirou-a para uma cadeira de rodas há oito anos

10 192
ocorrências na GNR

em 2008, sendo que em 87,2% dos casos são agressões no meio conjugal ou relações análogas

10 001
processos na APAV

em 2008, que dizem respeito a 7852 pessoas, 6980 das quais vítimas de violência doméstica

ocorrências do que 2007, ultrapassando pela primeira vez os dez mil processos. A PSP ainda não tem o registo total dos processos em 2008, mas os dados disponíveis, até 31 de Outubro indicavam 14823 situações, mais 13,6% do que o total de 2007. E, se analisarmos apenas as denúncias junto destas duas polícias nos primeiros dez meses de 2008, a subida é de 33,1%.

Resta saber se ao aumento de casos denunciados corresponde um aumento real de situações. O que as organizações não governamen-

tais e o Governo sabem é que o fenómeno é transversal a todas as classes sociais e a todos os grupos: mulheres, homens, idosos, menores e homossexuais. Os idosos e menores representam mais de 16% das vítimas junto da APAV.

Nesse sentido, o Executivo apresenta hoje aos deputados uma proposta de lei que alarga o estatuto da vítima de violência doméstica. As comissões de protecção de crianças em risco serão chamadas a apoiar mais os menores. E os lares devem dar prioridade aos idosos que sofram agressões na família.

Outra das questões abordadas durante o debate público da proposta de lei foi o alargamento aos casais homossexuais, tendo essa preocupação sido enquadrada no documento final. "As casas de abrigo, quando tal for admitido no seu regulamento interno, podem acolher outras vítimas de violência de género, quer em resultado da prática do crime de tráfico de pessoas, quer por efeito de outras formas de discriminação em função da orientação sexual", salienta o ponto 3 do artigo 62.

Também o Bloco de Esquerda apresenta um projecto de lei que visa a alteração do Código Penal. Defendem que o conceito de "crime continuado" deixe de aplicar-se aos crimes cometidos contra as pessoas, entre os quais os de violência doméstica, e passe a abranger apenas as questões patrimoniais. Isto, por considerar que é a causa da aplicação de penas "mais benévolas" aos agressores. Mas, segundo o DN apurou, a proposta não terá o apoio do PS. ■ Com SUSETTE FRANCISCO

PRINCIPAIS MEDIDAS DA LEI

Conferido 'estatuto de vítima' e exigidas medidas em 48 horas

ESTATUTO Apresentada a denúncia do crime devem as autoridades conferir à vítima, a requerimento desta, a atribuição de documento comprovativo do estatuto de vítima, que compreende direitos e deveres.

COACÇÃO Após a constituição de arguido, o tribunal pondera, no prazo de 48 horas, a aplicação de medidas de coacção.

PULSEIRAS Sempre que tal se mostre imprescindível para proteger a vítima, o tribunal pode determinar que o cumprimento das medidas seja fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

5 perguntas a... Jorge Lacão

SEC. ESTADO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

"Maior protecção à vítima"

O que é que a proposta de lei altera no fenómeno da violência doméstica?

Desde logo, cria o estatuto de vítima, o que atribui uma protecção significativa à pessoa agredida a vários níveis. E confere muito mais eficácia à protecção policial e à tutela judicial. Até agora, tornava-se muito difícil deter o agressor que não fosse apanhado em flagrante delito e, com esta lei, isso já é possível.

Sim, mas introduz a questão do crime continuado, facto criticado durante o debate público com o argumento de que introduzia ambiguidade na aplicação da lei.

Não há qualquer ambiguidade. A lei diz que é possível deter o agressor quando esteja em risco a continuação da actividade criminosa e seja necessário a protecção da vítima.

Estão previstas medidas de apoio além das respostas de emergência?

As vítimas de violência doméstica podem justificar as faltas no trabalho. E, também, estão contempladas medidas a nível do arrendamento, tanto da atribuição de casas como do apoio monetário.

Quando é que serão criadas as casas de emergência?

Para já, não estão previstas. Mas é nosso entendimento que devem ser desenvolvidas soluções no âmbito das estruturas de apoio dos organismos de solidariedade social.

E quando é que teremos as casas de abrigo para homossexuais?

Logo que as instituições o queiram. Ao nível do acolhimento prevê-se essa possibilidade, desde que os estatutos das casas o permitam. ■



Mais de dois mil casos de maus tratos em casa

APAV registou um aumento da violência entre próximos, incluindo os mais 2% de ocorrências entre pais e filhos

ALEXANDRA MARQUES
alexandra.marques@jn.pt

Dos 18.669 crimes denunciados à APAV, em 2008, 16.832 foram de violência doméstica: mais 2.298 do que no ano anterior. Na distribuição das vítimas por distrito, Lisboa regista quase o triplo quando comparado com o Porto.

No dia em que o Parlamento debate vários projectos-lei (PSD, CDS, PCP e BE) e uma proposta do Governo, para fixar o regime jurídico na prevenção da violência doméstica e na assistência das vítimas, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) revela que houve mais 2298 vítimas do que em 2007. Para além das 32 mulheres assassinadas pelos cônjuges ou ex-companheiros só nos primeiros oito meses de 2008.

As 2585 vítimas com residência no distrito de Lisboa (32,9% do total) contrastam de forma acentuada com os 869 casos (11% do universo) atribuídos ao Porto.

Os números mostram que 90% dos crimes registados pertencem ao crime de violência doméstica, 87% das vítimas são mulheres, mais de metade (51,6%) é casada, e

Só 3554 queixas estão na justiça

■ **PSP regista metade**
Só 37% das queixas foram feitas junto de uma autoridade competente. Destas 50% foram-no à PSP e 28% à GNR.

■ **Mais processos abertos**
Dos 7852 processos arrolados pela APAV em 2008 – foram 7041 em 2007 – com natureza de crimes, 6980 foram-no por violência doméstica.

■ **Namoros mais violentos**
Em 2007, ocorreram 1,4% de agressões de namorados e 0,9% de ex-namorados: um total de 2,3%. Em 2008, foi de 3,2%; 1,7% perpetradas por namorados e 1,5% por "ex".

■ **Maus tratos à cabeça**
Quanto às causas, no universo dos 16832 crimes de violência doméstica, os maus tratos psicológicos (34%) e os maus tratos físicos (30%) representam a maior fatia, seguidos da ameaça/coacção com 20%.

vive com o marido e os filhos.

Os autores dos crimes são em mais de 85% homens, metade são casados (50%) e 46% tem emprego. Preocupante é que em 35% dos casos, "não apresentavam qualquer condenação anterior".

Este facto importa por poder ser usado como atenuante e ser tido em conta na aplicação, por parte do juiz, de uma medida de coacção menos gravosa.

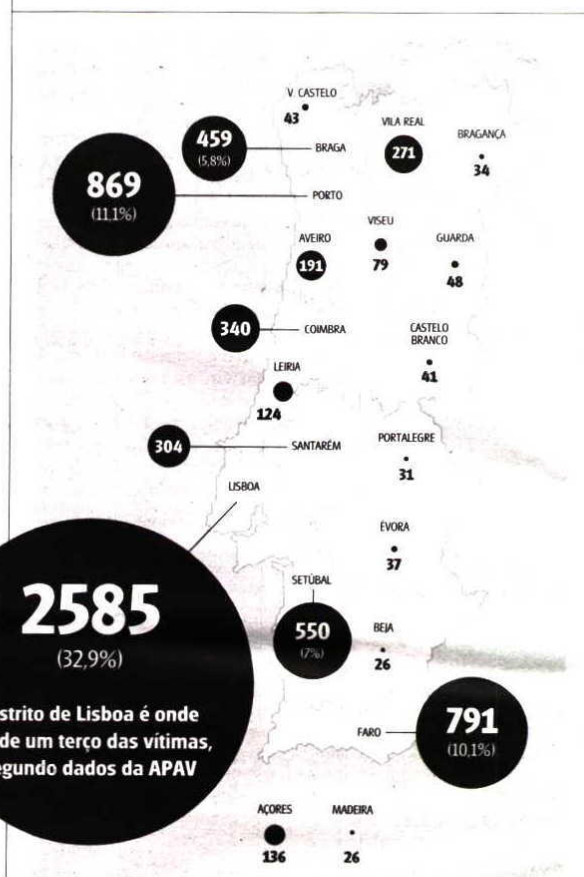
O diploma governamental – que, aprovado na generalidade, será depois alterado em sede de comissão para resultar, daqui a meses, numa versão melhorada – prevê a aplicação de medidas de coacção urgentes (como a prisão preventiva) nas 48 horas seguintes à constituição de arguido.

A proposta de lei admite ainda que vítima e testemunhas não tenham de fazer depoimento presencial – para não se cruzarem com "o agressor" –, podendo recorrer à vídeo ou teleconferência.

O relatório estatístico da APAV mostra igualmente que os crimes praticados sob o mesmo tecto man-



Distrito de residência da vítima Balanço relativo a 2008



Fonte: APAV CX/Infografia JN

têm-se. A residência comum é (em 67,2% dos casos), o palco onde o crime é perpetrado.

A maioria das relações entre o autor e a vítima são de conjugalidade (entre casais) e constituem mais de metade da totalidade (55,3%). Mas as denúncias entre pais e filhos também têm aumentado em relação a 2007: foram mais 1,9%. Passaram de 15,5% para 17,4% das queixas totais.

Outro traço da violência doméstica é que prevalece anos a fio: é a chamada vitimação continuada

que ocorre em cerca de 80% dos casos. A estatística sobre os processos abertos por este crime mostram que, em 2008, 667 mulheres confessaram ter sido violentadas pelos parceiros entre dois a três anos; 529 entre seis a dez anos e 405 foram vitimadas entre 11 e 15 anos.

Das 3554 queixas apresentadas junto das entidades competentes (PSP, GNR, Ministério Público, hospitais ou Institutos de Medicina Legal), 55,7% está a seguir o seu curso, mas houve 270 desistências (7,6%). ■

PROJECTO PILOTO

Aposta na prevenção da violência doméstica nas escolas

♦ A Escola Secundária Inês de Castro, em Gaia, é o primeiro estabelecimento de ensino do país a beneficiar de um projecto inovador que visa prevenir os crimes de violência doméstica.

Na sequência do aumento deste tipo de violência – só no primeiro semestre de 2008 registaram-se quase oito mil crimes – a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) decidiu investir na formação. Decalhou o projecto canadiano "The Fourth R" para a prevenção integrada em contexto escolar e implementou-o no início deste ano lectivo, a Norte, numa das escolas que o Ministério da Educação diagnosticou como sendo "território educativo

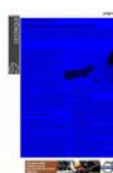
de intervenção prioritária". O feed-back "está a ser muito positivo", afirmou ao JN, Rosa Saavedra, gestora do projecto.

O APAV 4D debruça-se sobre quatro dimensões: relacionamentos positivos, crescimento e sexualidade saudáveis, consumo e abuso de substâncias e igualdade de género. Ocupa-se de alunos en-

tre os 13 e os 16 anos, cinco turmas a frequentar o 9º ano, num universo de cerca de 1500 alunos.

A ideia é criar uma lógica de prevenção efectiva através da aprendizagem de competências fundamentais para os relacionamentos. Já não estamos apenas no plano da sensibilização, mas da resolução de conflitos", esclarece.

"Trata-se uma disciplina integrada na área de projecto, 90 minutos por semana, que funciona tal e qual como a Matemática ou a História", afirma a investigadora "Findo o período de financiamento (dois anos), o projecto é absolutamente sustentável. Deve ser transportado para outras escolas menos urbanas". **M.T.S.**



Violência Doméstica

APAV denuncia aumento de casos em 2008

Cerca de 90% dos crimes registados no último ano correspondem a casos de violência doméstica. Os dados são da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) que, hoje, denunciou um aumento significativo deste tipo de crime no nosso país. O tema está em debate, esta tarde, no Parlamento.

Coordenação de Sérgio Costa

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) anunciou ter contabilizado, nos seus atendimentos no ano passado, mais de 18 mil e seiscentos crimes, dos quais 90% se referem a casos de violência doméstica.

Nestes casos, 90% das vítimas foram mulheres e 90% dos agressores homens. As faixas etárias mais comuns entre as vítimas situam-se entre os 26 e os 45 anos de idade.

No plano familiar, autor do crime e vítima são, normalmente, cônjuges ou companheiros em mais de 60% dos casos, seguindo-se as relações de pais e filhos, que, no seu conjunto, somam 17,4%.

Em 2008, foram abertos 7852 processos na APAV onde se registaram casos de vitimização e em mais de 36% dos casos foi efectuada queixa ou denúncia junto de uma das autoridades competentes.

De entre os 18 distritos e as regiões autónomas, Lisboa foi o principal distrito de residência da vítima, com 33% do total de processos. Seguem-se os distritos do Porto (11,2%), Faro (10,5%), Setúbal (7%) e Braga (5,7%).

Os lugares onde ocorrem os crimes são, na grande maioria, na casa comum, mas também a residência da vítima (10,6%) e nos lugares públicos (6,2%).

Os crimes de maus-tratos físicos e psíquicos perfazem um total de 64,3%.

Tema em debate no Parlamento

Este é um tema que está, à hora de fecho desta edição, a ser debatido no Parlamento.

O Governo está a apresentar uma proposta de lei que prevê, por exemplo, que os processos de violência doméstica sejam considerados urgentes e que os agressores possam ser detidos, mesmo quando não há flagrante delicto.

A proposta de lei do Executivo define, ainda, um estatuto de vítima que é reconhecido logo após a apresentação da queixa e introduz o conceito de vigilância à distância, tanto para a vítima pedir ajuda, por exemplo através de um telemóvel, como do agressor, que pode ficar com pulseira electrónica desde que aceite.

O presidente da Associação de Apoio à Vítima, Frederico Marques, em declarações à *Renascença*, aplaude as medidas, mas defende que este regime deveria ser aplicado a todas as vítimas de crimes violentos.



Frederico Marques sublinha, no entanto, que esta proposta de lei é um passo em frente para tentar evitar a repetição do crime.

Propostas da oposição

Além da proposta do Governo, todos os partidos levam a debate no Parlamento projectos-lei sobre o tema.

O PSD propõe alterar o regime de apoio ao acolhimento familiar e considera que a proposta do Governo deveria ir mais longe no apoio à vítima. Uma ideia explicada à *Renascença* pelo deputado Mendes Bota que, na generalidade, considera positiva a iniciativa da maioria.

O deputado social democrata sublinha, por outro lado, a necessidade de um maior esforço na prevenção da violência doméstica. Um trabalho que, diz, deve começar na educação.

Por sua vez, o Bloco de Esquerda defende maior protecção às vítimas de violência doméstica, mas também de menores abusados sexualmente ou vítimas de maus tratos. O objectivo é eliminar o conceito de crime continuado, quando se trata de pessoas, e assim aumentar as penas aos agressores.

O CDS também defende um aumento das penas máximas, agravando em um ano a pena máxima para o crime de violência doméstica. A deputada Teresa Caeiro entende que a actual moldura legal para este tipo de criminalidade está desadequada.

Por último, o PCP pretende alargar o conceito de violência sobre as mulheres, ao mesmo tempo que exige mais apoios do Estado.

AR DEBATE PROPOSTA DE LEI CONTRA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Governo quer alargar legislação contra a violência doméstica

Estatuto da vítima criticado

■ A Oposição contestou ontem no Parlamento o 'estatuto da vítima' previsto na proposta de lei do Governo para alargar o âmbito da violência doméstica. Em causa está um documento escrito que as vítimas deverão possuir. "Como é que o estatuto pode facilitar o processo-crime?", questionou Helena Pinto, do Bloco de Esquerda, enquanto Teresa Caeiro, do CDS-PP, disse que "o agressor deve ser defido imediatamente, mesmo que não

seja apanhado em flagrante".

Ontem, foi também divulgado o relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que em 2008 registou 16 802 queixas de crimes de violência doméstica, sendo a maioria das vítimas mulheres entre os 26 e os 45 anos. "É preciso não esquecer que também há homens vítimas de violência", salientou o deputado do PSD, Mendes Bota. ■S.R.



Relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima sobre crimes

Mulheres continuam a ser as grandes vítimas

Segundo a APAV, em casos de violência doméstica, as mulheres continuam a ser as grandes vítimas e os homens os agressores

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) anunciou ontem ter contabilizado, nos seus atendimentos no ano passado, 18.669 crimes, dos quais 90 por cento se referem a casos de violência doméstica.

Globalmente, os casos continuados de crimes ascendem a cerca de 80 por cento das situações assinaladas, com uma média a rondar os dois a três anos de duração. Esta perpetuação da vitimação está intimamente ligada a casos de violência doméstica, refere a APAV no seu relatório estatístico anual.

Em 2008, foram abertos 7.852 processos na APAV onde se registaram casos de vitimação e em mais de 36 por cento dos casos foi efectuada queixa/denúncia junto de uma das autoridades competentes. Na violência doméstica, 90 por cento das vítimas foram mulheres e 90 por cento dos agressores homens.



Crimes. Vítima-tipo é mulher, portuguesa, entre os 26 e os 45 anos, casada, com filhos

Luis Brás

Em termos familiares, autor de crime e vítima são cônjuges ou companheiros em mais de 60 por cento dos casos, seguindo-se as relações de pais e filhos, que no seu conjunto somam 17,4 por cento.

Os lugares onde ocorrem os crimes são na grande maioria na casa comum, mas também a residência da vítima (10,6 por cento) e os lugares públicos (6,2 por cento) apresentaram valores significativos.

De acordo com a APAV, o perfil tipo dos autores de crimes é: homem, entre os 26 e os 55 anos, casado, português e tem uma relação familiar com a vítima. Nas estatísticas sobre 7.852 processos envolvendo crimes reportados em 2008 à APAV, concluiu-se ainda que o autor de crime vive do próprio trabalho e pratica crimes de violência doméstica de forma continuada.

Já a vítima-tipo de crimes é mulher, portuguesa, entre os 26 e os 45 anos, casada, com filhos, residente nas grandes cidades e vive do próprio trabalho. Segundo a APAV, em 2008, a tendência sobre o perfil das vítimas manteve-se inalterada em relação ao género: 87,1 por cento eram mulheres. Em relação à idade, a faixa etária mais atingida, tal como em anos anteriores, mantém-se entre os 26 e os 45 anos de idade (33,1 por cento).

As faixas etárias mais comuns entre as vítimas situam-se entre os 26 e os 45 anos de idade.

Em termos de habilitações literárias, as percentagens entre o primeiro ciclo e o ensino superior variam apenas entre os 5,5 por cento e os 9,1 por cento.

A nível profissional, as vítimas pertencem ao pessoal dos serviços directos e de segurança (7,9 por

cento) e trabalhadores não qualificados dos serviços e do comércio (8,5 por cento), mas o número de desempregadas (17,3 por cento), estudantes (7,9 por cento) e reformadas (11 por cento) também se revelou também significativo.

Os autores de crimes são em 90 por cento dos casos homens, entre os 26 e ao 55 anos de idade (43,2 por cento) e a nível de es-

tado civil e de grau de ensino a sua caracterização é semelhante à das vítimas.

A nível profissional destacaram-se os grupos de pessoal dos serviços directos e particulares (cinco por cento) e operários, artífices e trabalhadores similares (7,2 por cento), destacando-se ainda os desempregados (13,5 por cento) e reformados (7,6 por cento).

Violência doméstica

Mulher casada encaixa no perfil da vítima-tipo

Tem entre 26 e 45 anos, trabalha e reside nas grandes cidades. Governo admitiu fazer alterações pontuais à lei

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) traçou ontem o perfil da vítima-tipo de crimes é mulher, portuguesa, entre os 26 e os 45 anos, casada, com filhos, residente nas grandes cidades e que vive do próprio trabalho. A caracterização consta do relatório anual estatístico da APAV, onde foram reportados em 2008 18669 crimes, dos quais 90% de violência doméstica.

Segundo a APAV, a tendência sobre o perfil das vítimas que aí recorreram manteve-se inalterável em relação ao género: 87,1% das vítimas eram mulheres. Em relação à idade, a faixa etária mais atingida, tal como em anos anteriores, mantém-se entre os 26 e os 45 anos de idade (33,1%). O Governo mostrou-se ontem disposto a aceitar aperfeiçoamentos à proposta de lei para prevenção, protecção e assistência às vítimas de violência doméstica, em sede de especialidade no Parlamento, disse o secretário de Estado da



■ ■ ■ Vítima típica é mulher, casada e com filhos

Presidência. Jorge Lacão falava no final do debate, no plenário da Assembleia da República, de um diploma do Governo e de projectos da oposição para reforçar a protecção às vítimas de violência doméstica.

A proposta governamental recebeu críticas da oposição, com o Bloco de Esquerda a referir que o documento erra por fazer depender de um requerimento a atri-

buição do estatuto de protecção da vítima e por não garantir a confidencialidade das casas de abrigo para as vítimas, o que foi negado pelo governante.

O secretário de Estado respondeu que, no caso do estatuto de vítima, o requerimento pode ser feito pelas autoridades quando estas verificarem que há uma situação de vulnerabilidade da vítima.



Relatório



FERIDA QUE DÓI E SE SENTE
ISTOCKPHOTO

Cada vez há mais vítimas de violência doméstica que começam a não conseguir esconder as marcas dos abusos e decidem agir, fazendo a necessária queixa à APAV. 80% dos crimes são continuados e têm uma duração média de dois a três anos

Queixas de violência com números recorde em 2008

APAV recebeu quase 19 mil participações de crime, **das quais 90% são relativas a violência doméstica**. Lisboa é o distrito do País com o maior número de casos

POR: RAQUEL MADUREIRA
rmadureira@meiahora.pt

A mulher continua a ser a principal vítima dos episódios de violência denunciados à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que no relatório estatístico relativo ao ano passado contabilizou 18.669 crimes.

De acordo com a APAV, do total de queixas apresentadas em 2008, 90% dizem respeito a casos de violência doméstica. Cerca de 80% destes crimes caracterizaram-se por serem casos continuados tendo, em média, a duração de dois a três anos.

Mulheres. Em 90% dos casos denunciados, as vítimas foram mulheres e em 90% deles os agressores eram homens. As faixas etárias onde

se registou o maior número de vítimas foram entre os 26 e os 45 anos, sendo que em relação aos agressores, as idades variam entre os 26 e os 55 anos.

Na esmagadora maioria dos casos as vítimas foram do sexo feminino

Os números da APAV revelam ainda que em cerca de 60% dos casos de violência doméstica o autor e vítima são cônjuges, enquanto as agressões entre pais e filhos somam 17,4% das queixas. Entre os locais onde são praticados os crimes, no topo da lista encontram-se a casa comum, a casa da vítima e até mesmo locais públicos.

Em 3,1% dos casos, os autores não tinham qualquer relação com a vítima e em 35% não apresentavam qualquer condenação anterior.

Confiança. Para a líder da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o facto de as vítimas de violência doméstica estarem a denunciar

mais os agressores não significa um agravamento do problema. Confrontada com os números da APAV, Elza Pais disse que as vítimas estão a “perder a vergonha” porque confiam “no sistema”. Porém, segundo a especialista, “as denúncias correspondem ainda a uma percentagem muito baixa dos casos reais”.

Distritos

Entre 18 distritos e regiões autónomas, a capital do País foi a principal região de residência das vítimas

1 Lisboa, com 33% do total de processos
liderou, no ano passado, a lista de casos de violência doméstica;

2 Porto, com 11,2% de casos registados
surge em segundo lugar na lista

da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, com maior número de vítimas registadas;

3 Faro, Setúbal e Braga, com 10,5%, 7% e 5,7%
de denúncias de casos de violência doméstica, respectivamente.

Parlamento

Luz verde para mudar

• O Governo está disposto a aceitar “aperfeiçoamentos” à proposta de lei para prevenção, protecção e assistência às vítimas de violência doméstica, em sede de especialidade no Parlamento, disse ontem o secretário de Estado da Presidência do

Conselho de Ministros, Jorge Lacão.

Disponível. No final do debate no plenário da Assembleia da República sobre um diploma do Governo e de projectos da oposição para reforçar a protecção às vítimas de

violência doméstica, o governante frisou que “se houver propostas de responsabilidade e que revelem mérito para contribuir para o aperfeiçoamento da proposta do Governo”, o executivo socialista “está disponível”.

O secretário de Estado clarificou, contudo, que durante o debate não viu ser apresentada qualquer proposta da oposição com “essa virtualidade”.

Além da proposta do Governo, foram ainda apresentados em plenário projectos de lei do CDS-PP, Bloco de Esquerda e PCP sobre a mesma matéria.

Prevenção. A iniciativa apresentada pelo Executivo visa estabelecer o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à assistência das vítimas.



Relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima sobre crimes

Mulheres continuam a ser as grandes vítimas

Segundo a APAV, em casos de violência doméstica, as mulheres continuam a ser as grandes vítimas e os homens os agressores.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) anunciou ontem ter contabilizado, nos seus atendimentos no ano passado, 18.669 crimes, dos quais 90 por cento se referem a casos de violência doméstica.

Globalmente, os casos continuados de crimes ascendem a cerca de 80 por cento das situações assinaladas, com uma média a rondar os dois a três anos de duração. Esta perpetuação da vitimação está intimamente ligada a casos de violência doméstica, refere a APAV no seu relatório estatístico anual.

Em 2008, foram abertos 7852 processos na APAV onde se registaram casos de vitimação e em mais de 36 por cento dos casos foi efectuada queixa/denúncia junto de uma das autoridades competentes. Na violência doméstica, 90 por cento das vítimas foram mulheres e 90 por cento dos agressores homens.

As faixas etárias mais co-



Luis Brás

Crimes. Vítima-tipo é mulher, portuguesa, entre os 26 e os 45 anos, casada, com filhos

muns entre as vítimas situam-se entre os 26 e os 45 anos de idade.

Em termos de habilitações literárias, as percentagens entre o primeiro ciclo e o ensino superior variam apenas entre os 5,5 por cento e os 9,1 por cento.

A nível profissional, as vítimas pertencem ao pessoal dos serviços directos e de segurança (7,9 por cento) e trabalhadores não qualificados dos serviços e do comércio (8,5 por cento), mas o número de desempregadas (17,3 por cento), estudantes (7,9 por cento) e reformadas (11 por cento) também se revelou também significativo.

Os autores de crimes são em 90 por cento dos casos homens, entre os 26 e ao 55 anos de idade (43,2 por cento) e a nível de estado civil e de grau de ensino a sua caracterização é semelhante à das vítimas.

A nível profissional destacaram-se os grupos de pessoal dos serviços directos e particulares (cinco por cento) e operários, artífices e trabalhadores similares (7,2 por cento), destacando-se ainda os desempregados (13,5 por cento) e reformados (7,6 por cento).

Em termos familiares, autor de crime e vítima são cônjuges ou companheiros em mais de

60 por cento dos casos, seguindo-se as relações de pais e filhos, que no seu conjunto somam 17,4 por cento.

Os lugares onde ocorrem os crimes são na grande maioria na casa comum, mas também a residência da vítima (10,6 por cento) e os lugares públicos (6,2 por cento) apresentaram valores significativos.

De acordo com a APAV, o perfil tipo dos autores de crimes é: homem, entre os 26 e os 55 anos, casado, português e tem uma relação familiar com a vítima. Nas estatísticas sobre 7852 processos envolvendo crimes reportados em 2008 à APAV, concluiu-se ainda que o autor de crime vive do próprio trabalho e pratica crimes de violência doméstica de forma continuada.

Já a vítima-tipo de crimes é mulher, portuguesa, entre os 26 e os 45 anos, casada, com filhos, residente nas grandes cidades e vive do próprio trabalho. Segundo a APAV, em 2008, a tendência sobre o perfil das vítimas manteve-se inalterada em relação ao género: 87,1 por cento eram mulheres. Em relação à idade, a faixa etária mais atingida, tal como em anos anteriores, mantém-se entre os 26 e os 45 anos de idade (33,1 por cento).



Proposta do Governo sobre violência doméstica será aprovada mas não é consensual

Sofia Branco

Secretário de Estado da Presidência garante que haverá abertura para “aperfeiçoamentos” mas alerta para “divergências” de fundo com outros partidos

● A proposta de lei do Governo sobre prevenção da violência doméstica e protecção e assistência às vítimas deverá ser aprovada hoje com o apoio de PS e PSD, mas não gerou unanimidade entre os outros partidos com assento na Assembleia da República, que lhe apontaram várias “falhas”.

As “divergências ficaram patentes”, sublinhou o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão, no final do debate em plenário, garantindo que o Governo está “aberto e disponível” para aceitar “aperfeiçoamentos” à proposta de lei em sede de especialidade. “A nossa atitude não é dogmática”, assegurou, acrescentando que não ouviu nenhuma proposta de alteração com “virtualidade” para ser incluída.

A proposta do Executivo cria, pela primeira vez, o estatuto de vítima de violência doméstica, mas, por regra, fá-lo depender de um requerimento por parte da vítima, o que foi critica-

do pelo BE. “É um retrocesso”, frisou a deputada Helena Pinto, criticando a “burocratização absolutamente desnecessária” e insistindo na “criação de juízos de competência especializada na área da violência doméstica”.

Jorge Lacão irritou-se com a crítica e respondeu que a proposta de lei prevê que “em situações de especial vulnerabilidade”, quando as autoridades assim o entenderem, o estatuto de vítima seja concedido ou mantido sem recurso a requerimento.

Helena Pinto lamentou ainda que “a confidencialidade” não seja “ga-



O secretário de Estado Jorge Lacão afirmou que o Governo está aberto e disponível para aperfeiçoamentos na lei

rantida nem nas casas-abrigo, nem como princípio nas transferências de local de trabalho, nem nas escolas para as crianças”, ao que Lacão respondeu já ser essa a regra. O BE anunciou que vai realizar uma audição parlamentar na próxima quinta-feira para “impedir esta deriva” do Governo.

Já a deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) insistiu no aumento da moldura penal do crime de violência doméstica, subindo a pena máxima dos ac-

tuais cinco para seis anos, de forma a que passe ao patamar da “criminalidade grave e violenta”.

Por seu lado, o PCP defendeu “um conceito alargado de violência sobre as mulheres” e propôs “a criação de uma rede institucional pública que integre estruturas nacionais e locais no combate e apoio às mulheres vítimas de violência”.

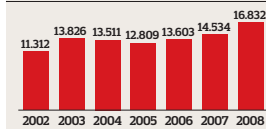
Jorge Lacão criticou o projecto por só se referir às mulheres, enquanto que a proposta de lei se estende a menores e idosos.

O deputado Mendes Bota (PSD) elogiou o Governo pelo “combate que tem travado à violência de género”, embora questionando o “princípio da livre vontade da vítima” e realçando que os projectos de BE e CDS-PP devem seguir para a especialidade.

A proposta do Governo não faz depender a detenção do agressor do flagrante delito e impõe a aplicação de “medidas de coacção urgentes, aplicáveis nas 48 horas” após ser constituído arguido. “Desde quando uma espera de 48 horas é um tratamento de urgência?”, questionou Helena Pinto, ao que Lacão respondeu estar disponível para alterar a redacção para “prazo máximo de 48 horas”. Sobre as pulseiras electrónicas, Lacão comunicou aos jornalistas que já foram aprovadas e estão disponíveis para serem utilizadas.

Os perfis

Crimes de violência doméstica reportados à APAV



FONTE: APAV

Perfil da vítima

Em 90 por cento dos casos é mulher, portuguesa (a brasileira é o segundo grupo-alvo), com idade entre os 26 e os 45 anos, casada, com filhos, com emprego e residente nas grandes cidades (mais de 30 por cento dos casos em Lisboa).

Perfil do agressor

É maioritariamente homem, português, com idade entre os 26 e os 55 anos, casado ou que vive com a vítima (cometendo o crime geralmente na residência comum), com emprego e em quase 20 por cento dos casos manifestando dependência do consumo de álcool.



Violência doméstica

Número de processos diminuiu no distrito

O Gabinete de Apoio à Vítima de Setúbal registou, no ano passado, 392 novos processos o que coloca este distrito em sexto lugar, a nível nacional, relativamente ao local de residência da vítima. Comparativamente com 2007, e contrariando a tendência nacional, o número de novos processos diminuiu no distrito.

Ana Maria Santos

red.asantos@setubalense.pt

O número de processos registados pelo Gabinete de Apoio à Vítima da delegação de Setúbal da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima diminuiu, em 2008, em menos 19 casos, comparativamente ao ano anterior, tendo sido abertos, no ano passado, 392 processos, quando em 2007 foram registados neste Gabinete 411 processos. Os dados, que constam do relatório anual daquela associação - ontem divulgados -, revelam ainda que no distrito de Setúbal se inverteu a tendência nacional - no ano passado o número de processos ultrapassou os 10 mil -, o que acontece pela primeira vez desde que foi inaugurado o gabinete de atendimento de Setúbal.

Ou seja, o número de processos registados em Setúbal representa 3,9 por cento do total nacional enquanto que a maior procura dos



VIOLÊNCIA – As agressões físicas e psicológicas continuam a liderar as estatísticas

serviços da APAV se registou nas áreas metropolitanas de Lisboa (3.301 processos) e do Porto (1.683 novos casos) e em Cascais, com 1.245 processos.

No Gabinete de Setúbal o pico mais alto de procura registou-se em Setembro, com a entrada de 51 novos processos, e nos meses de Outubro, 45 e Novembro com 44 processos registados

No entanto, e comparativamente com os anos anteriores, o tipo de apoio mais prestado continua a ser o genérico (encaminhamento e emocional), seguido pelo apoio jurídico, o apoio psicológico e social, sendo as circunstâncias que motivam os pedidos geralmente muito difíceis e, por vezes, até dramáticas sendo necessário, na maioria dos casos, a intervenção ime-

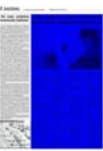
diata da APAV.

Por outro lado, continua a manter-se a tendência dos anos anteriores no que respeita ao perfil das vítimas e dos agressores. Assim, as principais vítimas continuam a ser as mulheres (87,1 por cento) na faixa etária entre os 26 e os 45 anos de idade, assim como os autores do crime, na mesma faixa etária dos 26 aos 55 anos (em 40 por cen-

to dos casos) e de nacionalidade portuguesa. Por outro lado, e muito embora sejam as portuguesas quem mais recorreu aos gabinetes de apoio, a crescente vaga de imigração fez com que a diversidade de nacionalidades tanto das vítimas como dos autores tenha igualmente aumentado, a nível nacional. Grande parte das vítimas não apresenta qualquer dependência e, quando existe, diz respeito a fármacos o que pode estar relacionado com a existência de problemas de saúde psicológica e/ou física directamente relacionados com a vitimação. Já no que respeita aos autores dos crimes, os dados relativos a 2008 apresentam uma diferença relativamente escassa entre a ausência de dependências e a dependência do consumo de álcool, já que percentualmente se encontram representadas com 22,2 por cento e 19,3 por cento, respectivamente.

De sublinhar que o autor do crime apresentava, no ano passado, nível de ensino superior e uma actividade económica de grande empregabilidade, muito embora, a nível profissional, 12,6 por cento estivesse desempregado.

Relativamente à caracterização da vitimação, os maus-tratos psicológicos e os maus-tratos físicos apresentaram as percentagens mais significativas, com 30,9 e 27,1 por cento, respectivamente.



2008 registou a maior subida de queixas de violência doméstica



O Governo apresentou uma proposta de lei na Assembleia da República que alarga o estatuto de vítima.

O documento prevê que as casas de abrigo passem a acolher casais homossexuais e que os lares e comissões dêem prioridade a casos de idosos, crianças e jovens.

Já os números de denúncias não param de subir

O ano passado, 6980 pessoas queixaram-se de violência doméstica à Associação de Apoio à Vítima (APAV), o que representa um aumento 17,4% em relação a 2007 (5944). Também nas denúncias junto da GNR há um subida significativa, de 15%. 'O mesmo se prevê na PSP, tudo indicando que no último ano se tenha registado a maior evolução de sempre ao nível dos casos denunciados. Um balanço a propósito da apresentação, no Parlamento, da proposta de lei sobre violência doméstica. Uma das principais alterações é que as soluções para acolhimento vão ser alargadas aos idosos, aos menores e

aos homossexuais.

Os dados da APAV a que o Diário de Notícias teve acesso indicam que houve dez mil processos em 2008, mais 12% do que em 2007 (8373), o que representa a maior subida desde que a associação tem registos.

Mas o aumento é mais significativo no que diz respeito às vítimas de violência doméstica (6980), 88,9% das pessoas que pediram apoio, e mais 17,4% relativamente aos que sofreram agressões física, psicológica e sexual, em 2007 (5944).

Nem todos os que procuram ajuda junto da APAV apresentaram uma denúncia à polícia, mas também nestas estruturas se aponta uma subida elevada.

A Guarda Nacional Republicana (GNR) tem mais 1332 ocorrências do que 2007, ultrapassando pela primeira vez os dez mil processos.

A Polícia de Segurança Pública (PSP) ainda não tem o registo total dos processos em 2008, mas os dados disponíveis, até 31 de Outubro indicavam 14823 situ-

ações, mais 13,6% do que o total de 2007. E, se analisarmos apenas as denúncias junto destas duas policiais nos primeiros dez meses de 2008, a subida é de 33,1%.

Resta saber se ao aumento de casos denunciados corresponde um aumento real de situações.

O que as organizações não governamentais e o Governo sabem é que o fenómeno é transversal a todas as classes sociais e a todos os grupos: mulheres, homens, idosos, menores e homossexuais. Os idosos e menores representam mais de 16% das vítimas junto da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Nesse sentido, o Executivo apresentou aos deputados uma proposta de lei que alarga o estatuto da vítima de violência doméstica.

As comissões de protecção de crianças em risco serão chamadas a apoiar mais os menores. E os lares devem dar prioridade aos idosos que sofram agressões na família.

Outra das questões

abordadas durante o debate público da proposta de lei foi o alargamento aos casais homossexuais, tendo essa preocupação sido enquadrada no documento final.

“As casas de abrigo, quando tal for admitido no seu regulamento interno, podem acolher outras vítimas de violência de género, quer em resultado da prática do crime de tráfico de pessoas, quer por efeito de outras formas de discriminação em função da orientação sexual”, salienta o ponto 3 do artigo 62.

Também o Bloco de Esquerda apresenta um projecto de lei que visa a alteração do Código Penal.

Defendem que o conceito de “crime continuado” deixe de aplicar-se aos crimes cometidos contra as pessoas, entre os quais os de violência doméstica, e passe a abranger apenas as questões patrimoniais. Isto, por considerar que é a causa da aplicação de penas “mais benévolas” aos agressores. Mas, segundo o DN apurou, a proposta não terá o apoio do PS.



Violência doméstica domina criminalidade

Homem, entre os 26 e os 55 anos, casado, português e com relação familiar com a vítima agride mulher, portuguesa, entre os 26 e os 45 anos, casada, com filhos, residente nas grandes cidades e que vive do próprio trabalho. É este o perfil do maior número de crimes ocorridos em 2008. Ano em que a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) atendeu 18.669 crimes, sendo que destes 90% são casos de violência doméstica. Destes, aproximadamente, 10,5%, ou seja, cerca de 1,765 casos, ocorreram com vítimas do Algarve, segundo dados revelados no relatório anual da referida associação.



Mais de 80% das ocorrências registadas são casos continuados com uma média de dois a três anos de duração. A violência doméstica é a principal responsável pelo aumento revelado na vitimação. Só no ano passado, foram abertos 7852 processos na APAV, dos quais, 36% continham denúncia feita nas autoridades competentes.

Segundo dados da APAV, as vítimas são maioritariamente mulheres (90%) e os seus agressores homens. Mais de 60% dos casos ocorre entre cônjuges ou companheiros, estando logo a seguir as relações de pais e filhos, que somam 17,4%. A casa comum é, geralmente, o local onde ocorrem mais crimes, seguindo-se a casa da vítima e os lugares públicos.



QUEIXAS NA APAV

647 idosos vítimas de maus tratos

■ Duas das quatro consultas gratuitas criadas nos últimos cinco meses para idosos maltratados ou negligenciados não tiveram procura. Isto apesar de no ano passado terem recorrido à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) 647 vítimas com 65 ou mais anos, o que representa 8,2 por cento do total de 7852 processos abertos pela organização.

No relatório estatístico de 2008 a APAV indica que, das vítimas com 65 ou mais anos, 525 eram mulheres. Quanto aos autores de crimes com 65 anos ou mais, 48 eram mulheres e 300 eram homens. Entre os 6980 processos sobre violência doméstica 568 diziam respeito a pessoas mais velhas.

Os centros de atendimento a idosos vítimas de maus tratos são uma iniciativa de um grupo de psicólogos e estão localizados em Ovar, Coimbra, Vieira do Minho e Braga. Os responsáveis explicam que ainda há algum receio das vítimas em denunciar os maus tratos. O psicólogo Tito Peixoto refere que a delapidação de património é também uma forma de maus tratos sobre idosos muito frequente. ■ LUSA



TIAGO SOUSA DIAS

Mais velhos também se queixam



Idosos: associação atendeu o ano passado 647 vítimas

Quase 650 idosos recorreram no ano passado à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), o que representa 8,2 por cento no total de 7.852 processos abertos pela organização. No relatório estatístico de 2008, a APAV indica que, das vítimas com 65 anos ou mais, 525 eram mulheres e 120 homens.

Quanto aos autores de crimes com 65 anos ou mais, 48 eram mulheres e 300 eram homens.

Entre os 6.980 processos sobre violência doméstica, 8,1 por cento (568) respeitavam a pessoas mais velhas.

Os processos envolveram, em termos de vítimas, 474 mulheres e 93 homens. Quanto a autores de crimes, 40 eram do sexo feminino e 280 homens, com 65 ou mais anos. Entre 2000 e 2007, as estatísticas mostraram um aumento de 126 por cento no número de pessoas idosas vítimas de crimes, passando-se de 290 para 656 atendimentos.

Neste período foram registados 7.059 crimes, dos quais 5.628 correspondentes a violência doméstica.

Nestes sete anos, a APAV recebeu 3.459 pessoas idosas vítimas de crime.



▶▶▶ ACTUAL 90% das vítimas são mulheres

Violência doméstica

É um flagelo que não olha a estrato nem estatuto sociais. Ainda recentemente, o Mundo ficou chocado depois de Rihanna ter apresentado queixa contra o namorado por violência doméstica. A cantora ligou para o 112 após uma violenta discussão com Chris Brown, em que ele a terá agredido, provocando-lhe um olho negro, um lábio inchado e várias marcas de mordeduras numa das mãos. Apesar de ser uma celebridade, Rihanna entrou na triste estatística que refere que as mulheres continuam a ser as principais vítimas de violência. No nosso país, de acor-

A cantora americana **Rihanna é a face mais visível de um mal que tem vindo a aumentar. No ano passado foram denunciados à APAV 18 000 crimes.**

do com o relatório estatístico anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em 2008 foram registados cerca de 18 669 crimes, dos quais 90 por cento se referem a casos de violência doméstica. Nesta categoria, os crimes com maior relevo são os maus-tratos físicos, com 30 por cento, e os maus-tratos psíquicos, representando 34,3

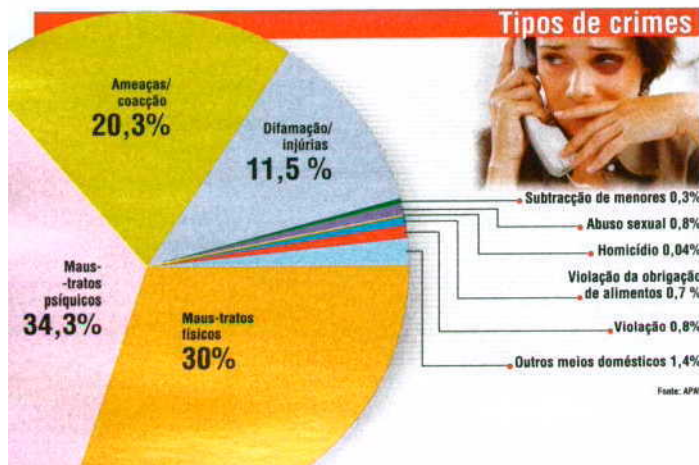
por cento. Nas restantes categorias, as mais significativas foram os crimes contra as pessoas e a Humanidade.

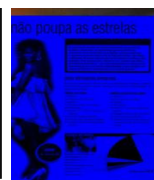
MAIORIA DAS QUEIXOSAS VIVE EM LISBOA

Outra das conclusões apresentadas pelo relatório refere que, em comparação com 2007, houve no ano passado mais 2200 vítimas. Nos primeiros oito meses de 2008, foram assassinadas pelos cônjuges ou ex-companheiros 32 mulheres. As denúncias de violência entre pais e filhos também têm aumentado: entre 2007 e 2008 subiram quase dois por cento. Em 2008, foram abertos 7852 processos na APAV, onde se registaram casos de vitimação e em mais de 36 por cento deles foi efectuada queixa/denúncia junto de uma das autoridades competentes. Por último, em termos familiares, autor de crime e vítima são normalmente cônjuges ou companheiros em mais de 60 por cento dos casos, seguindo-se as relações de pais e filhos, que no seu conjunto somam 17,4 pontos percentuais. **A**

PARTICIPE neste COMBATE

É a 22 de Fevereiro que se celebra o **Dia Europeu da Vítima de Crime**. Este ano, a APAV irá antecipar a data, ao realizar, no dia 19 de Fevereiro, o **Seminário-Debate Prevenção Integrada da Violência: As 4 Dimensões – Relacionamentos, Sexualidade, Igualdade de Género e Dependências**, na sua sede





não poupa as estrelas



NOVOS meios de PROTECÇÃO

No sentido de reforçar os meios de protecção às vítimas de violência doméstica, as autoridades governamentais já aprovaram uma versão final da proposta, onde se prevê que o agressor possa ser detido fora de flagrante delito, bem como a utilização de meios electrónicos para controlo à distância dos arguidos. Pela primeira vez, define-se um "estatuto de vítima de violência doméstica", que será reconhecido no momento de apresentação de uma queixa fundamentada e que consagra um quadro de direitos e deveres não só no âmbito judicial.

DOIS RETRATOS OPOSTOS

Na violência doméstica, 90 por cento das vítimas são mulheres e 90 por cento dos agressores homens. Conheça as principais características de cada um dos casos:

PERFIL DA VÍTIMA

- * Mulher;
- * Entre os 26 e 45 anos;
- * Casada;
- * Família nuclear com filhos;
- * Portuguesa;
- * Entre o 1.º ciclo e o ensino superior;
- * Vive do próprio trabalho;
- * Reside nas grandes cidades;
- * Sofre do tipo de vitimação continuada.

PERFIL DO AUTOR DO CRIME

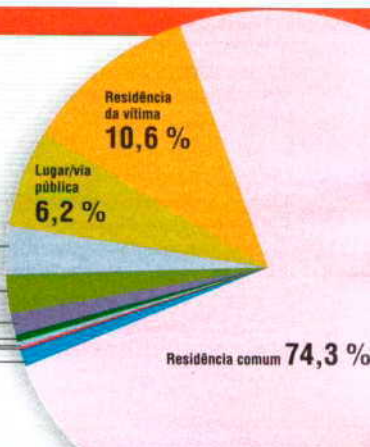
- * Homem;
- * Entre os 26 e 55 anos;
- * Casado;
- * Português;
- * Entre o 1.º ciclo e o ensino superior;
- * Relação familiar com a vítima;
- * Vive do próprio trabalho;
- * Prática de crimes de violência doméstica de forma continuada.

Locais do delito



- Residência do autor do crime 3,1 %
- Local de trabalho 2,4 %
- Outra residência 1,6 %
- Escola 0,3 %
- Centro de acolhimento/lar 0,2 %
- Unidade de saúde 0,1 %
- Outro local 1,4 %

BS/06/ANA - Integridade Imprensa/LF



APAV

Tel.: 213 587 900

ACTUALIDADE

22 DE FEVEREIRO

Esta não é propriamente uma efeméride para comemorações, mas sim um dia para a reflexão. E nos tempos que correm há muito que pensar no que respeita a vítimas de crime.

É notório o aumento da vaga de crimes de diversa índole por todo o País, com mais ou menos violência, em especial os roubos e assaltos nas suas várias vertentes, do carjacking às residências e estabelecimentos comerciais.

A este aumento não são decerto alheios os tempos de crise e desemprego que se vivem, pelo menos, a avaliar pelas inúmeras notícias que dão conta dos casos que diariamente ocorrem. Os portugueses queixam-se da falta de segurança e sentem na pele, no seu dia-a-dia, os efeitos desses crimes. Para quase todos nós ou alguém próximo de nós há uma ou mais histórias para contar, o que nos integra num vasto grupo de vítimas, no qual se englobam também os que são prejudicados por delitos económicos, os diversos tipos de negligência, violações, agressões, racismo, xenofobia e todos os tipos de intolerância.

Uma das instituições que mais lida com as queixas das pessoas, tirando as autoridades, é a Associação Portuguesa de

(Con)viver com o



Apoio à Vítima (APAV). Quando ouvimos falar desta, a primeira ideia que nos surge são as pessoas que sofrem com a violência doméstica (ver caixa), mas a instuição é muito mais do que uma do que isso, podendo receber queixas de todas as pessoas que de alguma forma se sentirem vítimas de um crime.

Os direitos de quem sofre

O Dia Europeu da Vítima do Crime foi instituído pelo fórum europeu, que reúne os serviços de apoio à vítima nacionais de mais de 16 países europeus, e que se intitula Victim Support EUROPE, e que tem como missão lembrar e assinalar os direitos de quem é vítima de crime.

Dentro desta acção existe um

conjunto de normas e direitos que abarcam desde os aspectos jurídico-legais aos direitos das vítimas. Deixamos aqui um excerto desse articulado para que os leitores tenham uma ideia do que se trata. Eis os princípios orientadores dos direitos sociais das vítimas de crime:

- As sociedades democráticas têm obrigação de atenuar os efeitos dos crimes, designadamente as consequências nocivas da vitimação em todos os aspectos da vida;
- As vítimas devem ser apoiadas de forma a que seja demonstrada compreensão pelos problemas que as afectem;
- Todas as vítimas de crimes têm o direito de exigir a protecção da sua privacidade, segurança física e bem-estar psicológico.



DIA EUROPEU DA VÍTIMA DO CRIME

crime



DEVE SER GARANTIDO ÀS VÍTIMAS O DIREITO:

- A obter reconhecimento pela sociedade dos efeitos dos crimes;
- A obter informações relativas aos seus direitos e aos serviços disponíveis;
- De aceder aos serviços de saúde;
- A receber uma indemnização pecuniária nos casos em que o crime tenha originado uma perda de rendimentos;
- De ter acesso a medidas adequadas de protecção do domicílio;
- A receber apoio e protecção no local de trabalho;
- A receber apoio e protecção nos estabelecimentos de ensino;
- A uma indemnização;
- De aceder a serviços de apoio à vítima gratuitos;
- À protecção da sua privacidade.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Segundo os números números mais recentes da APAV a que tivemos acesso e que se reportam a um ano completo (2007), a violência doméstica continua a ser o maior problema (87,2%), seguida de maus tratos psíquicos (28,5%), físicos (26%) e ameaças e coacções (17,3%). Dos 7041 casos de vítimas identificados, só em 38% foi efectuada queixa às autoridades. Quanto ao perfil da vítima, continua a ser a mulher (87%). Porém, as queixas de homens estão a aumentar (12%). Na autoria dos crimes, os agressores são conhecidos da vítima, o que sucedeu em 97,3% das queixas. Os cônjuges ou companheiros são os que mais maltratam (56,3%), seguidos dos ex-companheiros (9,7%) e dos filhos (6,2%).



Texto: Luís Tavares; Fotos: Pedro Velez



Violência. Associação de Apoio à Vítima recebeu cerca de oito mil queixas em 2008

Maioria dos agressores são desempregados



JOEL SARTORE GETTY IMAGES

Cerca de 90% das denúncias à APAV dizem respeito a violência doméstica

Em 60% dos casos, os autores do crime tinham condenações anteriores

PATRICIA JESUS

Dos sete mil autores de crimes de violência doméstica denunciados à Associação de Apoio à Vítima (APAV) no ano passado, mil estavam desempregados. A indústria e a construção civil (7,2%) e as empresas de protecção e segurança (5%) são as outras áreas com mais representação quando se fala do perfil profissional dos agressores.

Além disso, em cerca de 60% das situações, os autores do crime tinham condenações anteriores.

Os dados são do relatório de 2008 da APAV. Ao todo foram recebidas 7852 queixas, e 90% (6890) diziam respeito a violência doméstica. Assim, também não surpreende que a maior parte das utentes sejam mulheres.

Rosa Saavedra, da associação, explicou ao DN que é a vulnerabilidade da vítima deste tipo de crime que a leva a procurar a APAV, em busca de estruturas de apoio, nomeadamente jurídico. Mas acres-

centou que as outras queixas, como a de violência sexual – com cerca de 124 queixas –, discriminação racial (54) e crimes contra o património (483 denúncias) também têm aumentado.

Associações contra Governo

A APAV apresentou o relatório no mesmo dia em que se discutiu numa audição parlamentar o projecto de lei do Governo sobre a violência doméstica. João Lázaro, da APAV, foi um dos que criticou a proposta, defendendo que seria mais vantajoso elaborar uma lei-quadro sobre o tema para enquadrar as normas dispersas na legislação.

Elisabete Brasil, da associação UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), defendeu que deve "haver um único tribunal" para tratar de casos de violência doméstica.

Para a deputada Helena Pinto, do Bloco de Esquerda – que promoveu a reunião –, a lei do PS é "muito ambígua" e pode lançar confusão entre os magistrados (*ver caixa*). ■ LUSA

Magistrados vão ter formação nesta área

No âmbito do combate à violência doméstica, Elza Pais, presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, anunciou ontem que a organização vai colaborar com o

Centro de Estudos Judiciários "na formação e sensibilização de magistrados" para a temática. Elza Pais revelou ainda a criação de dois grupos de apoio mútuo (GAM), um em

Lisboa e outro no Porto. O objectivo desta iniciativa é criar estruturas onde as vítimas possam ficar mais fortes através da troca de experiências e construir novos projectos de vida.



Dois dedos de conversa

por J.A. Souza



Helena Sampaio

*Psicóloga da Associação Portuguesa
de Apoio à Vítima*

“

«Violência familiar é um flagelo social»

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) tem cada vez mais «trabalho», isto é, mais vítimas a quem socorrer. Porquê?

Há claramente uma maior visibilidade dos fenómenos de vitimação e também um reconhecimento por parte da sociedade em geral e das vítimas de que existe a APAV e que ela as pode ajudar. O Dia Europeu da Vítima de Crime, que decorre a 22 de Fevereiro [amanhã], foi alvo de um seminário realizado pela APAV em que foram debatidas as quatro dimensões ligadas a esta questão: relacionamentos, sexualidade, igualdade de género e dependências. Este dia foi instituído pelo Victim Support Europ, que reúne serviços nacionais de apoio à vítima de 16 países e pretende lembrar os direitos de quem é vítima.

Como se explica que seja no âmbito da família que a violência tem cada vez maior expressão?

Hoje, mais do que nunca, o fenómeno da violência no contexto familiar tem assumido uma enorme importância, não só porque a sociedade está a tomar consciência desse flagelo social mas sobretudo porque as vítimas estão a consciencializar-se de que estão a ser alvo de um crime.

O momento socialmente depressivo que atravessamos contribui para o aumento da violência?

Provavelmente, o momento socialmente depressivo poderá estar associado a fenómenos de violência, mas existem outros factores, tais como a aceitação da violência como forma de resolução de conflitos.

”

FOTOGRAFIA: GETTY IMAGES; DR. DR. DR.



ESPECIAL

**A 22 DE FEVEREIRO
ASSINALA-SE O DIA EUROPEU
DA VÍTIMA DE CRIME**

Em 2008, o crime violento aumentou em Portugal, os assaltos a bancos subiram e a violência doméstica continuou a ser denunciada. Dados que reflectem o rumo da segurança no nosso país e no Mundo.



Kylie Minogue
Assaltada
em tournée

Jennifer Hudson
Mãe, irmão
e sobrinho
assassinados

Eles já foram vítimas NÃO QUEIRA FAZER

AS últimas manchetes dos jornais e os temas principais dos noticiários revelam-nos que há o aumento da criminalidade violenta, que os assaltos são mais frequentes, que a violência física e psicológica é cada vez mais comum, até na própria família. Mas o grave da situação é que estas informações não são apenas alarmismos dos media. Elas são comprovadas por estatísticas, uma das quais da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), e até exemplificadas com casos reais de pessoas famosas. O caso de Rihanna ou de Jennifer Hudson são apenas alguns dos

mais chocantes. Ainda sem confirmação oficial, a famosa cantora dos Barbados terá sido brutalmente agredida pelo namorado, Chris Brown, também ele uma *superstar* à escala mundial. Parece difícil de acreditar, mas as figuras públicas não são imunes a

crimes de violência doméstica... Segundo a Imprensa americana, Rihanna terá dado entrada no hospital com o lábio e o nariz ensanguentados, além de dentadas nos braços e pernas. Mais trágica é a história de Jennifer Hudson, que, em 2008, teve de enfrentar a

O QUE MUDA...

Prestes a assinalar-se o Dia Europeu da Vítima de Crime, o Governo apresentou uma proposta de lei que alarga o estatuto da vítima. O documento prevê que as casas de abrigo acolham casais homossexuais, que as comissões de protecção de crianças apoiem mais os menores e que os lares comecem a dar prioridade aos idosos.



Nuno Gama
Atelier assaltado
e vandalizado

Rihanna
Vítima de
violência
doméstica

Carol Castro
Assaltada à mão
armada

ORIGEM da DATA

O Dia Europeu da Vítima de Crime foi instituído pelo fórum europeu, Victim Support Europe, que reúne serviços de apoio às vítimas de mais de 16 países. Esta data serve para assinalar os direitos de quem é vítima.

PARTE DO NÚMERO

pior notícia da sua vida. A mãe e o irmão foram mortos a tiro, na própria casa da família, e o seu sobrinho, de sete anos, sequestrado, tendo sido depois também assassinado. Parece guião de filme... mas é real.

Mas outros crimes menos violentos sucedem-se um pouco por todo o Mundo. Na semana passada, a atriz Carol Castro passou a ser mais um número nas estatísticas de criminalidade que ocorrem no Brasil. A famosa estava acompanhada por uma equipa de fotógrafos, quando sofreu um assalto na zona sul do Rio de Janeiro. Logo depois de ser

fotografada para um catálogo de moda, Carol e a restante equipa foram abordadas por homens armados, que roubaram todo o equipamento fotográfico, além de malas, documentos e o telemóvel da atriz. Esta refere que um dos assaltantes chegou a disparar, mas, felizmente, ninguém foi ferido. Também na América do Sul, precisamente na Colômbia, Kylie Minogue sofreu um incidente deste género. A cantora quase cancelou o concerto que tinha agendado em Bogotá, por ter sofrido um assalto no dia anterior. Cinco das malas que continham materiais promocionais e equipamentos

de espectáculo, além de roupas e passaportes de membros da equipa da estrela, foram roubados do local de actuação.

Assaltos duplicaram

São exemplos americanos, mas que se podem passar na casa ao lado da sua. Não acredita? Então saiba que o crime violento aumentou em Portugal entre oito a 12 por cento, em 2008, a maior subida dos últimos anos. Deste tipo de crimes, destacam-se os casos de *carjacking*, que só no primeiro semestre do ano passado subiram cerca de 55 por cento, e os assaltos à mão armada a residências particulares. As

(Continuar no próximo número)

ESPECIAL

Categorias de crimes

(Continuação da página anterior)

- Outros crimes 0,1 %
- Rodoviários 0,1 %
- Contra a vida em sociedade e estado 0,2 %
- Contra o património 2,6 %
- Contra pessoas Humanidade 6,8 %



Fonte: Estatísticas APAV 2008

07/09/MARIA - Infografia Impala/Mónica Santos

ESTATÍSTICAS

Perfis que deve conhecer

A APAV traçou, de forma genérica, o perfil-tipo da vítima que recorre à associação, bem como o perfil-tipo do perpetrador.



Perfil da vítima

- ☐ Mulher
- ☒ Entre os 26 e os 45 anos
- ☐ Casada
- ☐ Família nuclear com filhos
- ☐ Portuguesa
- ☐ Escolaridade entre o 1º ciclo e o ensino superior
- ☐ Vive do próprio trabalho
- ☐ Reside nas grandes cidades
- ☐ Vítima de crimes de violência doméstica
- ☐ Sofre de tipo de vitimização continuada



Perfil do autor do crime

- ☐ Homem
- ☒ Entre os 26 e os 55 anos
- ☐ Casado
- ☐ Português
- ☐ Escolaridade entre o 1º ciclo e o ensino superior
- ☐ Tem relação familiar com a vítima
- ☐ Vive do próprio trabalho
- ☐ Prática de crimes de violência doméstica de forma continuada

Fonte: Estatísticas APAV 2008

07/09/MARIA - Infografia Impala/Mónica Santos

estatísticas não são, de facto, animadoras... De acordo com dados revelados pelo Gabinete Coordenador de Segurança

e divulgados na Imprensa, só em Dezembro de 2008, foram registados, pela PSP, um total de 1599 furtos em residências

particulares (um aumento de 85 por cento em comparação ao mesmo período de 2007). Por outro lado, no mesmo mês, registou-se uma ligeira descida dos furtos em viaturas, furtos em estabelecimentos e nos roubos e carteiristas. Nuno Gama foi uma das muitas vítimas de 2008. O *atelier* do estilista foi assaltado e vandalizado durante a madrugada, tendo perdido mais de 200 peças, incluindo a colecção de Outono/Inverno do mesmo ano. Além das perdas, houve danos no estabelecimento, que foi arrombado. É apenas um dos exemplos de roubos a lojas comerciais noticiados quase diariamente, como sucedeu há pouco tempo, em Setúbal. Apenas em duas horas, diferentes grupos (armados e organizados) cometeram cinco assaltos, só no centro da cidade. Houve estabelecimentos roubados e pessoas ameaçadas com armas e nenhum dos criminosos foi



ASSUSTAM

apanhado. Enquanto isso, pelos arredores de Setúbal, aconteceram outros três crimes com contornos semelhantes.

Os assaltos a bancos também têm ganho alguma "popularidade" no nosso país. Em 2008, este tipo de ocorrência duplicou, tendo chegado a ultrapassar os 200.

Violência entre quatro paredes

São muitos os crimes registados anualmente, mas um dos mais recorrentes é aquele que acontece dentro da casa das próprias vítimas (e, muitas vezes, também dos agressores): a violência doméstica. Segundo os últimos dados da APAV, referentes a 2008, cerca de 90 por cento das pessoas que pediram apoio à associação foram vítimas deste tipo de crime. Na sua maioria mulheres, as vítimas queixam-se de variados tipos de violência: 34,3 por cento sofreram maus

A palavra de Paulo *Pereira Cristóvão*

OS NOVOS CRIMINOSOS

"A crise tem, a meu ver, uma importância grande no aumento dos crimes contra o património. Crimes praticados por pessoas que se vêem em desespero e que arriscam assaltar uma ourivesaria ou um banco. Trata-se de uma classe média que foi fustigada ao longo dos últimos tempos e também de uma nova pobreza de gente que até tem emprego!" Estes novos criminosos são "pessoas com algum nível cultural, sem passado criminoso, mas que, em actos de desespero, fazem um assalto. Paralelamente, há um recrudescimento da criminalidade dos gangs". Alguma opinião pública tende a associar o aumento da criminalidade com a chegada de alguma emigração. Paulo Pereira Cristóvão discorda: "**A questão dos emigrantes é falsa. Não foram eles que vieram aumentar o nosso crime. Trouxeram, sim, um crime diferente. Podemos falar, por exemplo, das mafias de leste ou da extorsão aos emigrantes**", refere o ex-inspector da PJ.



tratos psíquicos, 30 por cento maus tratos físicos e 20,3 por cento ameaças e/ou coacção. Perante estes dados, a APAV reúne uma série de recomendações para auxiliar vítimas: Em primeiro lugar, deve imediatamente pedir socorro e/ou procurar refúgio e auxílio de vizinhos ou outras pessoas que poderão servir de testemunhas. Em caso de estar sozinha, ligue o 112. Para que reúna provas, procure ser tratada e observada num hospital, posto médico,

centro de saúde ou junto de médico particular, mesmo que não tenha sinais visíveis da agressão. Se possível, peça a um familiar ou amigo para a acompanhar.

A mesma associação, nas estatísticas de 2008, faz referência ao tipo de vítima mais comum de violência doméstica, assim como ao agressor. Temos a confirmação de que as mulheres continuam a ser as principais lesadas, na maioria dos casos por homens que com elas coabitam.

Texto: Vasco Pereira



Justiça Hoje é Dia Europeu das Vítimas de Crime

Violência doméstica é um crime (quase) sem castigo

Entre 2000 e 2006, houve 109.786 denúncias de violência doméstica, contra 2252 condenações por maus tratos do cônjuge ou análogo

Ana Cristina Pereira

● Nunca as forças de segurança lidaram com tantos casos de violência doméstica. O número de ocorrências registadas na PSP e na GNR já ultrapassou a barreira das 20 mil por ano, mas o de condenações é tão baixo que até “choca” o psicólogo criminal Carlos Poiães.

A violência doméstica passou a ser crime público em 2000. A lei previu a criação de uma rede de casas-abrigo e de centros de atendimento às vítimas, o reforço da possibilidade legal de afastamento do agressor e outros mecanismos de combate.

Cresceu a coragem para romper o silêncio. As forças de segurança registaram 11.162 ocorrências em 2000, 12.697 em 2001, 14.071 em 2002, 17.527



“Muitos processos nem chegam à fase de acusação porque não se consegue prova”, alerta a presidente da APAV

em 2003. A tendência sofreu uma quebra em 2004: 15.541. E recuperou quase de imediato: 18.193 em 2005, 20.595 em 2006, 21.907 em 2007.

Poucos casos, porém, sobem à barra dos tribunais. Em 2000, apenas 213 processos de maus tratos do cônjuge ou análogo chegaram à fase da sentença: 71 resultaram em condenação. Desde a alteração legislativa, houve uma subida tímida, gradual, do número de arguidos: 284 em 2001, 463 em 2002, 680 em 2003, 864 em 2004, 1035 em 2005, 1033 em 2006. E do de condenações: 128, 228, 344, 460, 527, 495.

Os dados provisórios apurados a 19 de Janeiro pelo Ministério da Justiça referem 1480 acusações e 704 condenações de maus tratos do cônjuge ou análogo em 2007. Houve um salto? Não se sabe. O método de recolha foi alterado. Até 2006, contava-se uma acusação ou uma condenação por pessoa: a mais grave. A partir de 2007, explicou José Carlos Costa, do gabinete de imprensa, “passaram a ser contabilizadas todas as acusações e condenações”.

Não se pode estabelecer uma ligação directa entre estas denúncias e estas condenações, adverte a procuradora-geral adjunta Joana Marques Vidal: os casos julgados num ano não são os casos denunciados nesse ano; o agressor nem sempre é o cônjuge ou análogo (uma pequena parte das denúncias de violência doméstica diz respeito a menores maltratados por pais e idosos maltratados por filhos); e, quando o é, o acto pode ser enquadrado noutro crime (como ameaça ou injúria).

A também presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima congratula-se com o aumento de condenações. Mesmo sabendo que as denúncias “são uma pontinha da violência doméstica” – e que “as condenações são uma pontinha das denúncias”: “Há muitos processos que nem chegam à fase de acusação porque não se consegue prova: muitas vezes, na fase de inquérito, a vítima nega o que disse”.

É um crime de grande densidade psicológica. Há ambivalência, justifica Teresa Rosmaninho, da organização não governamental de mulheres Sorooptimist. E a pressão exercida sobre a vítima é grande – até dos filhos, que tendem a não querer ver o pai atrás das grades.

Tribunal único

Carlos Poiães avança outras explicações. A violência doméstica é um crime que ocorre entre quatro paredes. Faltam testemunhas. E, quando as há, grande parte prefere não se envolver: “O velho ditado português ‘em briga de marido e mulher não se mete a colher’ continua a ter aplicação”.

“Apesar das campanhas, muitas pessoas aceitam a violência doméstica com alguma normalidade”, observa Poiães. E, por vezes, a imagem que o agressor passa para o exterior “é de grande dedicação”. Se se pergunta aos familiares e amigos se há violência, “juram que não”. E acontece o agressor minar a reputação da vítima, “dizer que se mete nos copos”.

Na opinião do professor da Universidade Lusófona, “os dispositivos de controlo social têm de ser mais eficazes”. Joana Marques Vidal também

As mulheres têm tido cada vez mais força para participar o crime



CARLA CARVALHO TOMAS

Denúncias duplicaram numa década mas as condenações ainda são poucas



foca a necessidade de “uma recolha rápida e eficaz [de prova] na fase inicial” do processo. A nova legislação confere urgência a estes casos, o que lhe parece positivo. Todavia, a recolha de prova “tem de evoluir”. Em Espanha, por exemplo, há equipas multidisciplinares, médico legista e psicólogo incluídos, que actuam logo.

Esta semana, numa audição parlamentar promovida pelo Bloco de Esquerda, Elisabete Brasil, da União de Mulheres Alternativa e Resposta, defendeu “um único tribunal” para tratar de casos de violência doméstica. Acha que este seria “um sistema que potenciará um ressarcimento às vítimas”.

Teresa Rosmaninho advoga relatos sociais sobre as vítimas, como os que se fazem sobre quem é acusado de cometer um crime. Está convencida de que os juízes tomariam “decisões mais justas” se conhecessem todas as implicações. Se soubessem, por exemplo, “que a vítima ficou sem emprego porque o agressor ia lá, que a vítima perdeu o apoio da família porque o agressor ia lá”.



Mais de 23 mil ocorrências em 2008

No ano passado, a GNR registou 10.001 ocorrências – ultrapassando pela primeira vez as dez mil. A PSP ainda não disponibilizou a

estatística anual, mas um estudo do MAI indica que até 31 de Outubro já contabilizara 14.948. Juntando PSP e GNR, são 23.462.



142 presos desde 2000

Prisão suspensa é medida mais aplicada pelos tribunais

Ana Cristina Pereira

● Não chega a 150 o número de sentenciados a prisão efectiva por crime de maus tratos do cônjuge ou análogo. Nos primeiros sete anos do século, os juízes aplicaram mais a prisão suspensa simples. A estatística do Ministério da Justiça revela que a prisão efectiva foi aplicada a oito indivíduos em 2000, 14 em 2001, 14 em 2002, 21 em 2003, 22 em 2004, 28 em 2005, 35 em 2006. Já a prisão suspensa simples recaiu sobre 36, 77, 153, 225, 286, 312 e 231, respectivamente.

A psicóloga Teresa Rosmaninho, que trabalhou anos com delinquentes e trabalha há anos com vítimas de violência doméstica, nunca conheceu um agressor que tivesse sido condenado a prisão efectiva. E o objectivo das vítimas que conhece “não é esse - é parar a violência, é ter direito a regressar a casa, a divorciar-se, a receber pensão de alimentos para os filhos”.

Na sua opinião, os agressores deviam fazer “uma reparação directa à sociedade”. Dever-se-ia apostar na prestação de trabalho a favor da comunidade. As penas suspensas deviam ser divulgadas. O indivíduo devia ficar debaixo de olho da Reinserção Social. Se reincide, é preso.

“A medida tem de ser pedagógica”, corrobora o psicólogo criminal Carlos Poiães. Ora, “a pena suspensa não é pedagógica”. Na sua opinião, nos crimes intrafamiliares, pedagógico seria a condenação a prisão efectiva, trabalho comunitário ou obrigação de fazer tratamento.



A taxa de reincidência é elevada. Um estudo revelado há pouco pelo Ministério da Administração Interna revelava-o: em quase metade (47 por cento) das ocorrências registadas pela PSP e pela GNR havia agressores reincidentes; quase metade (46 por cento) foi presenciada por menores.

“Há muita gente que bate na mulher pensando que está no seu direito”, frisa Poiães. “Se calhar, nós não resolvemos o problema porque não fomos suficientemente proactivos; se, num ano, tivéssemos 21 mil participações e 18 mil condenações, talvez conseguíssemos ter algum efeito positivo”.

Em seu entender, urge avaliar o que o país tem feito porque as novas gerações estão a reproduzir estes modelos: “Não me venham dizer que é o vinho. É a falta de respeito pelo outro.” A procuradora-geral adjunta Joana Marques Vidal também reforça a importância da prevenção da “cultura de poder”.

Procuradora-geral distrital de Lisboa defende julgamento sumário

É uma recomendação da procuradora-geral distrital de Lisboa, Francisca Van Dunen: “Não seria teoricamente de excluir a submissão a julgamento sumário de uma situação de agressão intensa para efeito dissuasor.” Desde que “se viabilizasse a recolha atempada da prova”, claro. O Despacho 41/2009 está na Internet. Intitula-se: “Violência

Doméstica. Área criminal. Apontamento de boas práticas e outras notas úteis”.

O Ministério Público “deve avaliar prudentemente a possibilidade de o julgamento se iniciar, ou não, ainda que dentro do prazo alargado”, avisa. Até porque “um julgamento sumário, em 48 horas ou mesmo em tempo superior, com deficiente

preparação, poderá originar novo e mais grave episódio de violência”.

Caso apostem nesta via, Francisca Van Dunen aconselha os procuradores a manterem “a ordem da detenção de um agressor” em flagrante delito até ao início do julgamento sumário, para evitar o “risco de não apresentação do arguido perante

autoridade judiciária”.

Correndo os autos como inquérito comum, o MP ponderará atribuir-lhes carácter urgente. Deve-se inquirir de imediato a vítima para acautelar a sua protecção e garantir a “recolha de indícios”. Sem isso, uma tramitação urgente do processo dos casos “pode tornar-se impraticável”. **A.C.P.**

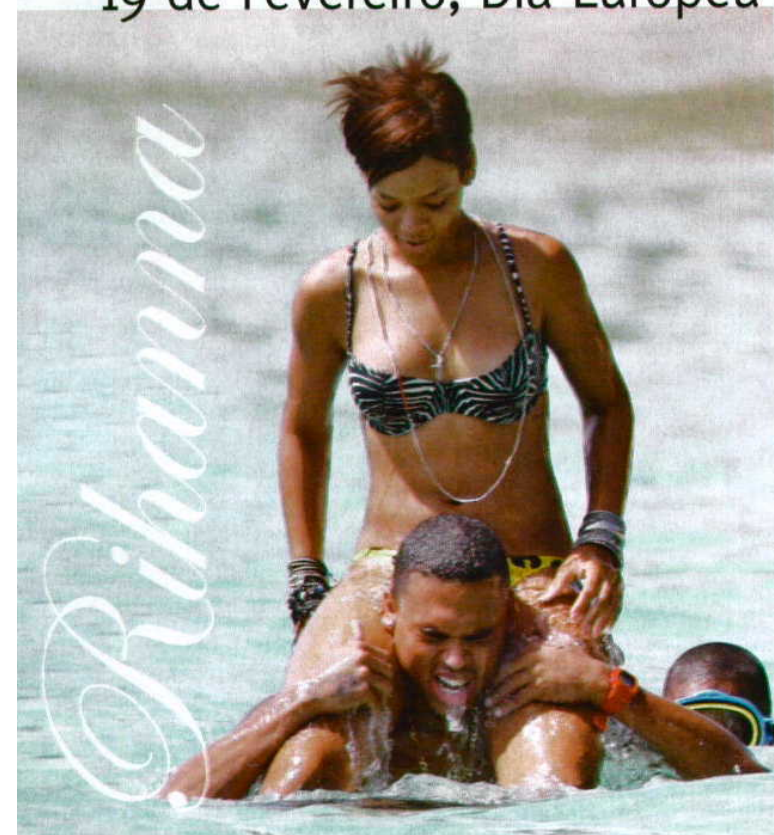


19 de Fevereiro, Dia Europeu da Vítima de Crime

ACTUAL

O caso + famoso de VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

ESTA ANO, NEM ERA PRECISO HAVER UM DIA ESPECÍFICO PARA SE FALAR NESTE PROBLEMA. A ALEGADA AGRESSÃO DE CHRIS BROWN A RIHANNA É O CLARO EXEMPLO DE QUE AINDA HÁ MUITO POR FAZER!



OS casos de violência doméstica continuam a dar que falar. O mais mediático dos últimos tempos é o que envolve o famoso casal de cantores Rihanna e Chris Brown. Quando se preparava para actuar nos Grammy deste ano, a caribenha terá sido agredida pelo namorado após uma discussão séria, tendo ficado com um olho negro, um lábio inchado e várias marcas de mordedura numa das mãos. Para escapar à pressão da Imprensa e recuperar-se física e psicologicamente, a cantora regressou à ilha de Barbados, a sua terra natal. A situação, que encheu páginas de revistas e jornais, mostra que os crimes de violência doméstica continuam a fazer parte do dia-a-dia de muitos casais.

De acordo com o relatório estatístico anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APV), em 2008 foram registados cerca de 18 669 crimes, dos quais 90 por cento se refere a casos de violência doméstica. São muitos, mas ainda há mais a serem cometidos todos os dias e que ficam sem denúncia. Dentro da categoria da violência doméstica, os crimes com maior relevo são os maus tratos físicos (27, 1 por cento) e psíquicos (30,9 por cento). A propósito do Dia Europeu da Vítima de Crime, que se assinala a 19 de Fevereiro, analisamos em pormenor esta realidade.

PERFIL DA VÍTIMA

- ✱ É maioritariamente do sexo feminino;
- ✱ Apresenta uma idade compreendida entre os 26 e os 45 anos;
- ✱ Descobriu-se que 47,6 por cento das vítimas é casada;
- ✱ Pertence a um tipo de família nuclear com filhos;
- ✱ Cerca de 40 por cento das vítimas encontra-se empregada;
- ✱ Os distritos de residência das vítimas são principalmente as cidades de Lisboa, Porto e Faro;
- ✱ Tem entre o primeiro ciclo e o ensino superior;
- ✱ Sofre de vitimação continuada.

A NÃO ESQUECER

Este ano, a APAV vai assinalar a 19 de Fevereiro o Dia Europeu da Vítima de Crime, com a realização do seminário-debate "Prevenção integrada da violência: as 4 dimensões - relacionamento, sexualidade, igualdade de género e dependências", na Sede da APAV, das 14h30 às 18h00.

PERFIL DO AUTOR DO CRIME

- ✱ Mais de 85 por cento é do sexo masculino;
- ✱ Tem uma idade entre os 26 e os 55 anos;
- ✱ Situação perante a actividade económica é de grande empregabilidade;
- ✱ Mais de 50 por cento é companheiro da vítima;
- ✱ Em cerca de 35 por cento das situações, o autor do crime não apresenta qualquer condenação anterior;
- ✱ Pratica crimes de violência doméstica de forma continuada. **MM**

MAIS PROTECÇÃO

As autoridades governamentais já aprovaram uma versão final da proposta que prevê que o agressor pode ser detido fora de flagrante delito, tal como o recurso a meios electrónicos para controlo à distância dos arguidos. Pela primeira vez, define-se um "estatuto de vítima de violência doméstica", que será reconhecido no momento de formalização de uma queixa. Ao mesmo tempo, o Serviço Nacional de Saúde assegurará a prestação de assistência directa à vítima.

VIOLÊNCIA EM 1273 CASAS

Entre quatro paredes

INQUÉRITO
DECO PROTESTE

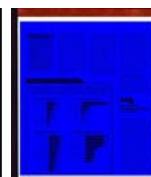
» Maria, 35 anos, 3 filhos. Joana, 33 anos, 2 filhos. Ciúmes e controlo excessivo, no primeiro caso, e alcoolismo, no segundo, estiveram na origem das agressões corporais e psicológicas. Maria e Joana têm em comum a casa-abrigo como morada, respectivamente desde Outubro e Agosto últimos. Meia dúzia de meses bastaram para que Maria recorresse à polícia. Joana enfrentou 13 anos de vida em comum, mas o último ano de álcool em excesso derrotou-a e à sua filha, vítima de violação. Ambas fugiram e vivem anonimamente, a tentar reconstruir os seus mundos, apoiadas por associações não governamentais. Incerteza no futuro e revolta por uma justiça lenta marcam-lhe os dias. Vergonha e medo calaram-lhes as palavras por muito tempo. Estes são apenas dois em milhares de casos, onde o descrédito na justiça e a desinformação impedem as vítimas de violência de procurarem ajuda.

»

Desconfiança na justiça, medo, solidão e informação escassa pesam sobre as vítimas. Portugal não protege os agredidos

» RETRATO FAMILIAR DO CONFLITO

- » Distribuímos um questionário, em Fevereiro de 2008, por uma amostra representativa, entre os 18 e os 80 anos, bem como por vítimas inseridas em instituições (casas-abrigo e gabinetes de apoio). Realizado em Portugal, Bélgica, Espanha e Itália, o objectivo deste inquérito é perceber como lidam as vítimas com os conflitos domésticos e medir o seu impacto na qualidade de vida e no bem-estar. No total, recebemos 4153 respostas válidas, 1273 das quais portuguesas.
- » Pedimos aos inquiridos para relatarmos, no máximo, duas situações em que foram vítimas de um conflito grave, envolvendo agressão psicológica ou física. Analisámos as relações familiares, prevalência, tipo e importância dos conflitos, intervenientes e causas.



LINHAS ÚTEIS

- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres: 21 798 30 00; www.cidm.pt.
- Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes: 21 882 45 00.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima: 707 20 00 77; www.apav.pt.
- União de Mulheres Alternativa e Resposta: 21 294 21 98; www.umarfeminismos.org

>>

Em Portugal, segundo dados do nosso estudo, nos últimos 12 meses, um em cada 10 cidadãos esteve envolvido em conflitos domésticos, algo transversal a todas as culturas, religiões e classes sociais. Esta violência extravasa o casal. Além de companheiros e ex-companheiros, indicados por mais de metade das vítimas, pais, sogras e filhos são denunciados como agressores. Entre os jovens que ainda não vivem sob o mesmo tecto, as agressões também acontecem.

A agressão verbal é a forma mais comum de conflito, seguida da física, ameaça e chantagem, perseguição e abuso sexual. A mulher é a maior visada: 11% das mulheres portuguesas já foram vítimas de agressão física ao longo da vida.

Mas o nosso estudo prova que os homens também são vítimas. Em 2005, a Direcção-Geral de Saúde estimava que 1 milhão de portugueses era afectado por violência doméstica. Segundo a Unicef, 20 a 50% das mulheres sofrem algum abuso

durante toda a vida na família.

Ao nível mundial, o fenómeno envolve milhões de mulheres e conhece uma grande percentagem de casos não reportados. Em Portugal, segundo dados oficiais, a polícia recebeu, em 2007, quase 22 mil queixas, a maioria feita por mulheres: grande parte devia-se a agressões físicas entre o casal. Em 2008, até Novembro, a União de Mulheres Alternativa e Resposta revelou a morte de 43 mulheres por estas situações.

Casal da discórdia

Mais de metade dos casais passaram pelo menos por um tipo de conflito durante os 12 meses anteriores ao inquérito. Nesse período, também mais de metade viveram, no mínimo,

ANATOMIA DO CRIME NO INQUÉRITO

Vários problemas estão na origem de muitas situações de violência. Consoante o tipo de agressão, os sintomas são mais ou menos pronunciados. Mas todos interferem na qualidade de vida de quem está subjugado a um agressor e não procura ajuda imediata. Por vezes, nem sabe a quem recorrer. Apresentamos os resultados para os últimos 12 meses anteriores ao inquérito.

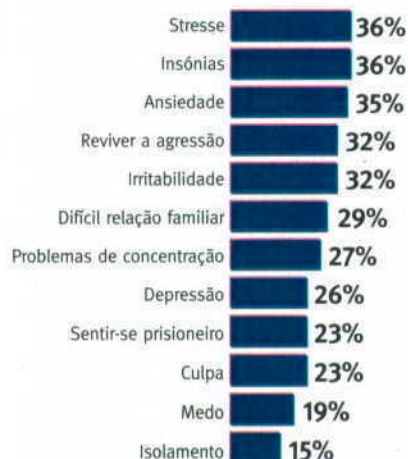
Causas da agressão



Crimes mais comuns



Sintomas e efeitos



Opiniões sobre violência



Concordância até 10 valores

114
linha nacional
de emergência social
para a vítima

uma situação de agressão psicológica e 13%, física. Portugal tem uma incidência elevada de casos deste género e de grave agressão psicológica. A maior fatia de conflitos tende a suceder até à meia-idade, e envolve sobretudo tensão psicológica.

Vive-se com o "inimigo", facto que assume uma carga dramática: mais de metade das vítimas continua a coabitar com a mesma pessoa que bateu, ofendeu e ameaçou. Um quarto dos divorciados do nosso estudo afirma tê-lo feito devido a cenas repetidas de violência.

Problemas de sono, stresse, ansiedade, irritabilidade e recordação repetida da agressão são os principais efeitos nas



PEQUENOS GUERREIROS



Elisabeth Brasil
Presidente da UMAR

“Casas-abrigo destinam-se a mulheres em risco de vida”

Quem é a mulher que vai para uma casa-abrigo?
Não está segura em casa ou foi expulsa do

lar, e encontra-se, na sequência de uma situação de violência, totalmente desprotegida. Estamos a falar de agressão física, psicológica ou perseguição. Vai para a casa-abrigo a mulher em risco social, tentativa de homicídio ou de ofensas graves à integridade física.

Há muitas mulheres que trazem os filhos para as casa-abrigo. Como reagem?

As mulheres trazem-nos sempre. Estas crianças são pequenas guerreiras. Muitas vezes defenderam as suas mães. Todas são vítimas da violência. Representam dois terços da população destas casas. É um peso, viver numa casa-abrigo, porque são sítios de algum segredo, de anonimato.

Como analisa a proposta de lei sobre violência doméstica?

Há questões que não deveria prever. A lei prevê o encontro restaurativo entre o agressor e a vítima, mas a mediação só é possível quando há equilíbrio entre as partes e nas questões da violência não há equilíbrio. A parte mais fraca, para obter a dita paz social, vai sempre ficar com menos para chegar a um acordo.

O actual companheiro, que representa um terço, e o ex-companheiro, são os agressores mais denunciados pelas vítimas do nosso estudo. Três em quatro vítimas são reincidentes.

› Um quarto das vítimas viveu a experiência que nos relatou pela primeira vez antes dos 20 anos. A violência doméstica pode arrastar-se durante anos sem que nada se altere. Verificámos uma disparidade entre a percepção da violência e o que se passa na realidade. Com base nos factos reais, a prevalência é muito maior.

› Em geral, 42% dos portugueses conhece uma vítima de violência doméstica. Entre as vítimas, 60% conhece alguém que foi alvo de violência do-

www.deco.proteste.pt

Mais resultados
e conselhos
dos especialistas



méstica. Cerca de um quinto dos portugueses não faz nada perante estes casos. Entre os que tomam alguma atitude, a grande maioria auxilia a vítima. Um terço fala com o agressor e 9% informa a polícia.

História repete-se

› Frustração, zanga, divergência sobre assuntos familiares, problemas psicológicos, como depressão e stresse, e ciúmes desencadearam as últimas situações de ofensa. Dificuldades

»

HÁ MARCAS E MARCAS



Campanha de alerta da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

vítimas. Mas a depressão, a seguir à ansiedade e ao stresse, causa maior perturbação.

Grande parte dos sintomas resultante dos vários tipos de agressão dura mais de 1 ano, o que por si só é um claro indicador de stresse pós-traumático.

Agressão arrasta-se por muitos anos

› Mais de 60% das vítimas do nosso inquérito tiveram o mais recente incidente nos últimos 12 meses e a agressão verbal foi, de longe, a mais relatada.

QUANDO A VÍTIMA É O HOMEM



› A violência doméstica contra homens, sem engrossar estatísticas, é expressiva. O nosso estudo revela que ao longo da vida 15% já foram vítimas de agressão psicológica e 7% de física.

› O facto de o homem se sentir menos afectado em termos de stresse e auto-confiança pode explicar que se subestime a violência contra si. Segundo um estudo alemão, de 2004, um quarto dos homens tinha sofrido violência física da parceira mais recente, no mínimo, uma vez. Outro estudo alemão indica que 30% de homens relataram um incidente de sexo não consentido com uma mulher ao longo da vida.



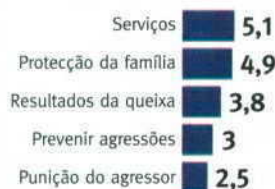
SEM CONFIAR NA LEI

O clima de tensão sentido pelas vítimas é tão forte que a maioria adia um passo muitas vezes inevitável: ir à polícia e fazer queixa do agressor.

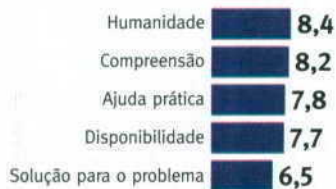
Medo de queixar-se da agressão



Reservas com a polícia



Apoio psicológico profissional



Satisfação até 10 valores

LEI EVOLUI COM LENTIDÃO

» Embora se possa denunciar junto das autoridades cenas de violência entre cônjuges ou quem viva em união de facto, tal exclui a possibilidade de deter o agressor fora do flagrante delito. Mas o diploma em discussão já a prevê, o que protegerá a vítima.

» Aquela proposta, além de criar pela primeira vez o estatuto de vítima no âmbito da violência doméstica, cria um novo regime jurídico de prevenção. Nos processos urgentes, podem aplicar-se medidas de protecção às vítimas no prazo de 48 horas após a constituição do arguido.

» Se, após a detenção do agressor, não for possível apresentá-lo de imediato a um juiz, há a hipótese de prolongar a prisão por 48 horas. Está também previsto o uso de meios electrónicos para controlar os arguidos à distância.

»

económicas, logo seguidas pelo alcoolismo, são também um factor determinante, indicadas por 1 em 10 vítimas.

» Um quarto das vítimas conta que um só motivo está na base da agressão. A repetição destas ocorrências é bastante comum. Mais de 40% das vítimas reincidentes afirmam já terem vivido mais de 10 vezes a experiência mais recente que nos relataram.

Descrédito na justiça

» A esmagadora maioria das vítimas não apresenta queixa à polícia. Aliás, o descrédito face

à justiça é marcante no nosso estudo. Só entre quem sofre as consequências de um conflito grave, a percentagem das queixas aumenta. Em Portugal, apenas cerca de um terço de quem foi sujeito a agressão física ou a ameaça e chantagem recorre às autoridades.

» O contexto económico não é alheio ao silêncio: a quase totalidade das vítimas com uma situação desafogada decide não apresentar queixa. Entre as vítimas de agressão física, a principal causa para não o fazer é o medo de piorar a situação, bem como a descrença nos re-

LABIRINTO COM SAÍDA

Planeie uma acção para, em caso de emergência, obter apoio imediato. Além disso, é importante ter sempre à mão números para quem possa contactar.

Contacte o 112 ou o 114, linha de emergência que garante à vítima abrigo por 48 horas.

Com o bilhete de identidade, passaporte ou outro, dirija-se a uma esquadra da Polícia de Segurança Pública, posto da Guarda Nacional Republicana, piquete da Polícia Judiciária ou aos Serviços do Ministério Público para apresentar queixa-crime e exigir um comprovativo da queixa ou denúncia.

Também pode fazê-lo por via electrónica, através do Ministério da Administração Interna: <https://queixaselectronicas.mai.gov.pt/>

Pedir socorro ou procurar refúgio e auxílio de vizinhos ou outros, que poderão testemunhar.

Procure ser tratado e observado num hospital, posto médico, centro de saúde ou num médico particular, ainda que não tenha sinais visíveis de agressão. Solicite o acompanhamento de um familiar ou amigo.

Por uma questão de segurança, as moradas das casas de apoio não são divulgadas.

Regra geral, as associações contra a violência e as autoridades encaminham as vítimas.

O acolhimento ronda os 6 meses, mas pode prolongar-se até que a vítima consiga, pelo menos, estabilidade económica.



sultados práticos de tal atitude. Três em cada 10 vítimas de agressão física não vão à polícia pelo facto de o agressor ter-se desculpado ou arrependido. O receio de futuras retaliações e a desvalorização da situação e a vergonha em assumir o problema também é um entrave.

Ajuda psicológica por 6 meses

» Em Portugal, uma em cada 10 vítimas necessitou de cuidados médicos devido ao último conflito familiar. Em mais de metade dos casos, foi necessário ir a uma urgência hospitalar. A grande maioria, mesmo perante experiências traumáticas, não procura apoio psicológico e garante que consegue lidar com o assunto. Mas a falta de informação sobre o tipo de ajuda disponível também pesa.

A negação de apoio pelas vítimas de conflitos mais graves é alicerçada na ideia de que "ninguém pode ajudar a resolver a situação" e de que "iria criar problemas familiares".

» Cerca de um quarto das vítimas procuraram apoio após o último incidente, sobretudo junto de um psicólogo. Embora geralmente satisfeitos, os nossos inquiridos não encontram nos profissionais de saúde

marcas físicas resultantes de cenas de violência são mais fáceis de curar do que os traumas, invisíveis, mas que mudam a vida das vítimas.

Metade das vítimas vive com o agressor e, segundo as associações, aquele não cumpre as ordens do tribunal

uma solução estrutural para o problema. A maior satisfação advém da ajuda dada pelas associações de apoio à vítima.

» Em geral, a duração destas ajudas não é inferior a 6 meses. Qualquer terapêutica é um processo e lento. Por vezes, as

Entre os inquiridos sujeitos a casos mais graves e que procuraram auxílio, metade avalia que, na sequência disso, a sua situação melhorou e 22% resolveram-na mesmo. Porém, um quarto das vítimas conclui que nada mudou.

MAIS QUEIXAS ENTRE MULHERES E HOMENS



João Lázaro

Vice-presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

"O novo estatuto deve abranger todas as vítimas"

O que nos dizem os números da violência doméstica em Portugal?

Há um maior número de queixas. As estatísticas policiais dizem que tem aumentado. Os números da APAV apontam para um crescimento sustentado. Existe também uma cada vez menor tolerância face à violência doméstica.

A maior vítima é a mulher, mas o homem também o é. O que os distingue?

O número de homens vítimas tem vindo a crescer. Há 16 anos havia 1 ou 2 homens por ano a queixar-se, mas em 2007 já houve 588. Para o homem, a vergonha em assumir socialmente a situação é muito maior. Trata-se de uma violência mais psicológica.

O que pensa das alterações legislativas em curso, face à violência doméstica?

Embora faça sentido um estatuto da vítima, deve ser uma lei-quadro. O estatuto não traz grandes novidades e, além disso, deveria abranger todas as vítimas de crimes e não só da violência doméstica. Mas há pontos positivos: protecção no trabalho, na habitação, maior celeridade processual e meios de controlo à distância.

CONSUMIDORES EXIGEM

» As alterações que se anunciam na lei são uma esperança para muitas vítimas que querem mais apoio. A violência entre quatro paredes não é assunto para ser resolvido pelos familiares envolvidos: é um crime para se tratar como tal. Deter o agressor fora do flagrante delito é essencial para proteger quem está sujeito a ofensas. A capacidade de resposta do poder judicial tem de ser maior e o sistema agir em tempo útil, para servir as vítimas e ser eficaz nas decisões.

» O Estado deve garantir apoio psicológico às vítimas. A sua fragilidade e baixa auto-estima é tão grande que este serviço é obrigatório. O apoio logístico para as vítimas reconstruírem a sua vida deve ser assegurado pelo Estado.

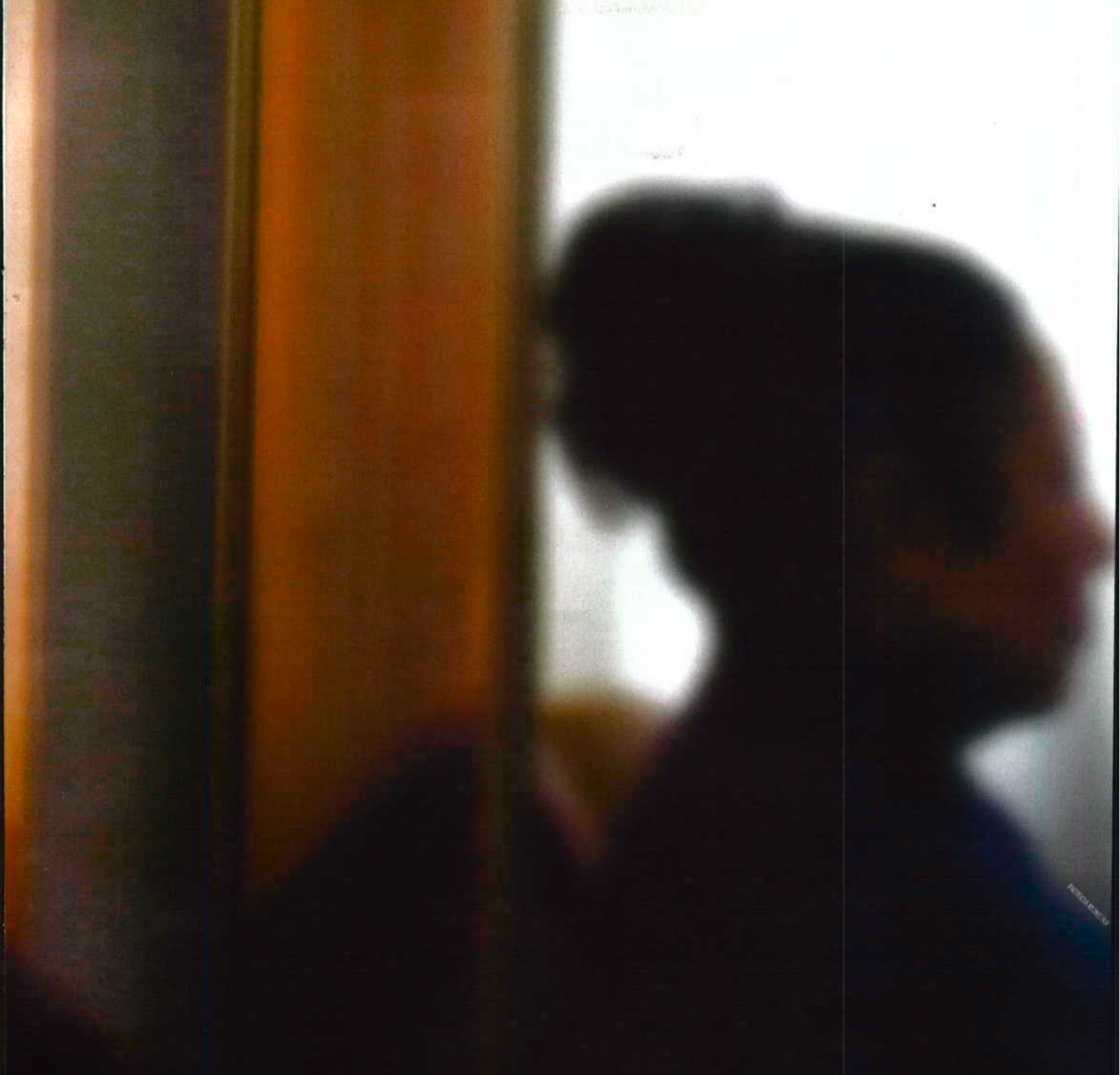
» A falta de informação é frequente. Cabe às instituições e à polícia esse papel. O isolamento a que se votam é um entrave no acesso à informação. Sem conhecer as saídas, Maria e Joana não teriam um rota de confiança para reconstruir a sua vida.



SOCIEDADE
» VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



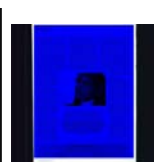
Outra face do mal



Um drama incidente no género feminino mas que não escolhe idade nem classes sociais, que se alimenta do silêncio e do medo, e que em pleno século XXI é realidade atroz. As mulheres continuam a ser espancadas, violentadas, expulsas de suas casas, refugiadas no seu próprio país, sujeitas a ameaças e a perseguições, acabando, não raras vezes, mortas. Só no ano passado, em Portugal, morreram mais de 40 mulheres, vítimas de violência doméstica

POR LUÍS ANTÓNIO PATRAQUIM

“**E**stava a tomar banho quando ele começou aos pontapés à porta a gritar para eu sair. O meu filho tentou acalmá-lo e nesse instante tocou o telefone no quarto. Eu saí da casa-de-banho, enrolada numa toalha e falei com o meu irmão. Ao notar que estava assustada, perguntou-me o que se passava. Desesperada, disse-lhe que era ameaçada de morte há quase 20 anos. Foi nessa altura que o meu marido entrou disparado no quarto com um cutelo do talho na mão e disse aos gritos: 'pois é agora que eu te vou matar' e »



SOCIEDADE

» VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

» desferiu-me um golpe na cabeça” – conta Marisa Nunes, 58 anos, vítima de violência doméstica desde os 18.

Os casos de mulheres vítimas de violência doméstica multiplicam-se. Apesar dos esforços na defesa dos Direitos da Mulher por parte das organizações não governamentais (ONG), como a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), permanece o sentimento generalizado de impunidade do agressor. Em 2008, a APAV registou cerca de 18 mil crimes deste género contra mulheres. A urgência de uma profunda mudança nas mentalidades já chegou ao Parlamento, através de uma proposta legislativa que pretende alargar o “estatuto de vítima de violência doméstica”. Medidas que pecam pela lentidão do sistema judicial que, segundo as mulheres ouvidas pela Plenitude, “protege o agressor”.

O relato de Marisa prossegue: “A minha sorte foi a toalha que tinha enrolada à cabeça e os ganchos a prender o cabelo, senão tinha morrido ali. O meu irmão ouviu os gritos pelo telefone e chamou a polícia. O meu filho meteu-se no meio na tentativa de travar a agressão – e eu, estendida no chão, com o sangue a escorrer pela cabeça abaixo, vi a morte à minha frente”.

Foi preciso acontecer esta tragédia – que em Maio do ano passado quase roubava a vida a esta mulher – para que o agora seu ex-marido fosse detido e condenado a cumprir cinco anos de prisão. Há 40 anos cozinheira de profissão, Marisa tem um passado marcado de dor, sofrimento e violência. Casada três vezes, nunca teve

sorte com os maridos. Todos lhe batiam, continuamente. Isolavam-na, ameaçavam-na de morte e privavam-na de tudo menos do trabalho e dos maus tratos. Nunca fez outro trajecto senão o de casa para o trabalho e o do trabalho para casa. Pensou várias vezes no suicídio, mas o amor pelos dois filhos deu-lhe coragem para continuar – e apesar do medo que ainda sente, apela a todas as mulheres que sofrem na pele os maus tratos dos maridos, que os denunciem e que não tenham medo, pois “é com o nosso medo que eles contam”, diz.

Daniel Cotrim, psicólogo da APAV, recorda: “Antes dos anos 80 não se falava de

violência doméstica. Não era uma questão ‘importante’ e era encarada de forma normal”. E o psicólogo continua: “Até porque, do ponto de vista cultural, para ela serviu sempre de desculpa o facto de sermos um país latino e machista. Hoje, a resposta da Justiça é lenta e penaliza seriamente a mulher. As medidas de coacção deveriam ser rápidas mas não o são. Por exemplo, a não aproximação do agressor à vítima num espaço de 100 metros leva entre seis a sete meses até ser aplicada e, na maioria dos casos, não é cumprida. Se analisarmos os casos das mulheres que foram mortas devido a violência doméstica, muitas delas tinham processos

a decorrer no sentido da aplicação de medidas de coacção face ao agressor”.

Afinal não havia outro

Isabel Pires, 53 anos, é professora há 32 anos e dirigente sindical da FENPROF. Saiu de casa há quatro anos, mas as mãos ainda lhe tremem ao recordar os longos 11 anos em que esteve submetida aos maus-tratos do marido. “Tudo começou com amor. Depois veio o casamento, mas, como se diz: o casamento é uma lotaria. Passado pouco tempo e após o nascimento do nosso filho, principiaram as agressões físicas e rapidamente comecei a sentir-me dentro de uma prisão. Tinha medo de tudo. Sentia-me isolada e cercada. O meu filho era bebé – e ao olhar para ele pensava que ia resolver a situação. Aguardava por um dia que nunca vinha, pois nesta situação nunca há um dia apropriado para sair de casa. Nunca há condições. Estamos sempre naquela prisão e o carrasco está sempre à porta. O meu marido, para



“Eu tinha medo de tudo. Sentia-me isolada e cercada. Aguardava por um dia que nunca vinha, fechada naquela prisão e o carrasco sempre à porta. O meu marido, para além de não trabalhar, estava constantemente a ameaçar-me com frases do género: ‘o melhor que te pode acontecer é ires parar ao cemitério’”

Isabel Pires

Consequências psicossomáticas e sociais

Fracturas, hematomas, perda de energia, dores musculares, dores de cabeça e/ou enxaquecas, distúrbios menstruais, digestivos, arrepios, afrontamentos, tensão arterial alta, angústia, excessiva tristeza, amargura, desconfiança, diminuição da auto-estima.

A vitimação obriga a profundas alterações estruturais na vida quotidiana (mudança de casa, de emprego, de hábitos individuais, sociais). No abalo geral ou parcial do projecto de vida, o cruzamento de pesares implica: sentimento de solidão; tensões familiares e conjugais; medo de estar sozinha; insegurança.



além de não trabalhar, estava constantemente a ameaçar-me com frases do género: 'o melhor que te pode acontecer é ir para o cemitério'."

Depois de anos e anos de maus-tratos continuados, Isabel ganhou coragem. Em 2005 fez queixa à polícia. Com um sorriso esboçado na amargura, a educadora de infância recorda o episódio: "Ao fazer a queixa de agressão, o agente que estava de serviço perguntou-me se havia *outro*, ao que eu respondi: 'por acaso não, mas se houvesse, merecia ser espancada por causa disso?!'" Isabel recorda a cena para demonstrar "estas lógicas tão ilógicas que só podem sair da cegueira cultural de um machismo enraizado no mais profundo do inconsciente do legislador".

Passados vários meses, a queixa resultou em processo judicial. No decorrer, estava também em andamento, no tribunal de Cascais, o processo de regulamentação do poder paternal. Neste, Isabel era acusada de ser alcoólica e promíscua: "Constava no processo que quando bebia, atirava-me contra as paredes, razão de ser das nódoas negras. Tinha amantes e fazia sexo ao vivo para o meu filho ver..." Indignada, ela recorda igualmente um dos argumentos que foi alegado em tribunal. "O facto de eu ser licenciada e ganhar o suficiente para ser independente levou à pergunta do juiz: 'Por que é que não saiu de casa?' - nestes casos, nem os juízes, nem os delegados do Ministério Público, nem os próprios advogados estão preparados para isto. O delegado do Ministério Público disse, nas alegações

finais: 'Uma mulher que tem a coragem de se queixar é porque não é agredida'."

Depois de cerca de quatro anos a tentar provar que era agredida, física e mentalmente, pelo marido, o melhor que Isabel conseguiu foi uma multa por ter sido provado que ele lhe tinha dado uma "chapada" na cara, no dia 7 de Junho de 2005, ficando ilibado da queixa de violência continuada. "As vítimas são várias vezes vítimas. O que mais me revolta é que quando conseguem libertar-se do agressor, o sistema judicial que as deveria proteger, ainda as agride mais profundamente, além de lhes debelar todas as expectativas" - desabafa Isabel Pires.



"O meu marido entrou disparado no quarto com um cutelo do talho na mão e disse aos gritos: 'pois é agora que eu te vou matar' e desferiu-me um golpe na cabeça.

O meu filho meteu-se no meio na tentativa de travar a agressão - e eu, estendida no chão, com o sangue a escorrer pela cabeça abaixo, vi a morte à minha frente"

Marisa Nunes

Mudam-se os tempos mas as mentalidades nem por isso

Apesar de constatar que o tema faz actualmente parte da agenda política, Elisabete Brasil, presidente da UMAR, afirma que "as alterações operadas, para além de morosas e dispersas, não se têm traduzido numa alteração substancial e prática na vida da maioria das mulheres vítimas de violência". E explica: "Hoje, como há 10 anos, as mulheres continuam a ser espancadas, violentadas, expulsas de suas casas, refugiadas e asiladas no seu próprio país acompanhadas pelos seus filhos e filhas, e sujeitas a ameaças e perseguições mesmo após a sua saída de

casa, acabando, não raras vezes, por serem mortas. Hoje, como há 10 anos, os agressores permanecem em casa, sem que o sistema lhes tenha imposto medidas repressivas e outras, capazes de funcionarem como prevenção e reparação. Hoje, como há 10 anos, os autores deste crime aguardam tranquilamente na casa de morada de família o desfecho de um processo crime, um julgamento que, caso ocorra, terá como sentença uma pena de prisão suspensa na sua execução, continuando as suas vidas sem alteração significativa. Hoje, como no passado, as mulheres sentem e vivem as consequências da violência que contra elas foi praticada: consequências físicas, psicológicas, económicas, sociais e laborais que as afectam, afectando igualmente os seus filhos e filhas, também eles vítimas de violência, directa e indirectamente".

Vitória Semedo (nome fictício), 38 anos, foi vítima durante 15 anos. Está separada há quatro anos e o processo de divórcio arrasta-se no tribunal. Com »

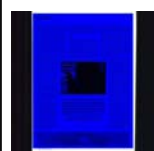
Números de uma tragédia crescente

Vítima-tipo	Mulher
Nacionalidade	Portuguesa
Idade	Entre os 26 e os 45 anos
Estado civil	Casada
Filhos	Tem
Residência	Centros urbanos
Rendimentos	Vive do próprio trabalho

2008
18 669 crimes (mais 2 298 vítimas do que em 2007)

Violência Doméstica
90% dos casos

Mulheres
87% dos casos (mais 32 assassinadas)



SOCIEDADE

»VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

»uma filha de 16 anos, vive com o medo de se cruzar na rua com o ex-marido. Pensa frequentemente em sair de Portugal, mas o apego à família fala mais alto e não sente o direito de privar a filha dos seus amigos. Recorda, com grande mágoa, a sua história e diz que a palavra *confiança* não existe para si. “Quando me casei já estava grávida, não havia dinheiro e associei as agressões a esses factores, mas a violência foi crescendo com o tempo. Ele começou a beber, a tomar esteróides e a frequentar bares de alterne. Não trabalhava e chegava a casa às sete da manhã. Começava aos gritos a perguntar-me porque estava a pé e logo a seguir dava-me uma ‘carga de pancada’. Eu levantava-me muito cedo para ir trabalhar num restaurante para poder sustentar a minha filha. Vivía constantemente com medo, aterrorizada.”

Anos depois, e para proteger a filha, Vitória fugiu de casa e viveu escondida durante quatro meses. “Sentia muitas vezes o carro a rondar a casa. Passado esse tempo decidi que não tinha de viver daquela forma. Fui à procura de emprego e consegui ficar a tomar conta de uma quinta. Uma noite bateram à porta, mas como estava muito escuro não me apercebi que era ele. Levei uma tarefa de todo o tamanho e ele amolgou o *capot* de um carro com a cabeça da nossa filha, que tinha na altura 12 anos. Por este acto, foi condenado a cinco anos de prisão, mas por ‘falta de provas’ foi-lhe aplicada uma pena suspensa de um ano e oito meses e uma multa de dois mil euros por danos morais e físicos à filha, que nunca chegou a pagar.”

Vitória, alegando não ter encontrado nenhum apoio da Justiça portuguesa, afirma re-voltada: “Vivemos numa sociedade completamente machista, que protege o agressor”.

“Basta!”

“Hoje a violência é muito mais grave e perigosa para a vida da mulher e para os seus filhos. O tempo do soco e pontapé já passou. Actualmente, as mulheres são ameaçadas com armas de fogo. Este facto transporta a questão da violência doméstica para outros quadrantes da sociedade, nomeadamente a licença de porte de arma, que na maioria dos casos é ilegal. A forma de inverter este

processo de crescimento da violência doméstica passa pela prevenção. A APAV tem acções de sensibilização nas escolas, com o objectivo de mostrar que a violência existe e que é preciso falar dela. Há muitos jovens que têm discursos retrógrados em relação à igualdade entre homens e mulheres. Posso garantir que se juntar 10 rapazes, três ou quatro já deram uma bofetada a uma rapariga, um ou dois já forçaram a rapariga a ter relações sexuais e sete ou oito, mais do que uma vez já lhe chamaram ‘estúpida, gorda’ ou ‘não prestas para nada’ – refere o psicólogo Daniel Cotrim.

Na mesma altura em que o Parlamento discutia vários Projectos-lei e uma proposta do Governo para fixar o regime jurídico na prevenção da violência doméstica e na assistência das vítimas, Elisabete Brasil deixa um apelo: “A quem vivencia uma situação de violência, é importante dizer BASTA!, pois nada justifica um acto violento – quem ama não maltrata. Recomeçar, para além de legítimo, é possível. Na comunidade existem ONG e recursos preparados para o apoio. A quem agride, deve dizer que posse e pertença não podem fazer parte do vocabulário numa relação de intimidade, que violência é crime e que para cada problema existe sempre uma solução. A todos nós cumpre seguir em frente e alterar o status quo”. A presidente da UMAR deixa transparecer a responsabilidade de todos nós: “A construção da igualdade, da vivência plena de direitos e deveres faz-se com a nossa participação e acção diária e que nesta área deve ser: dizer não à violência”. ■



“Uma noite bateram à porta, mas como estava muito escuro não me apercebi que era ele. Levei uma tarefa de todo o tamanho e ele amolgou o *capot* de um carro com a cabeça da nossa filha, que tinha 12 anos. Por este acto foi condenado a cinco anos de prisão, mas por ‘falta de provas’ foi-lhe aplicada uma pena suspensa”

Anónima

Contactos para apoio à vítima:

União de Mulheres Alternativa e Resposta 218 867 096
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima 707 200 077
Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género 217 983 000
Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica 800 202 148

213 861 664 Amnistia Internacional em Portugal
213 802 160 Associação de Mulheres Contra a Violência
213 546 831 Plataforma Portuguesa para os Direitos da Mulher
213 121 304 Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica

Linha SOS Mulher: 808 200 175 • Atendimento Permanente: 218 368 008